



FAMÍLIA BERALDO

26^a A 29^a GERAÇÃO

Segundo Volume

Copyright © Wanderley Beraldo.
2016 - Todos os direitos reservados.
2023 – Edição Revista

Beraldo, Wanderley.

FAMÍLIA BERALDO: Volume II / Wanderley Beraldo.

1ª.ed. – São Paulo: Clube de Autores, 2016.

2ª.ed. – São Paulo: Clube de Autores, 2023.

Genealogia. Famílias Mineiras.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do autor. (*Lei nº 9.610 de 19.2.98*)

Contato com o autor:

E-mail: wanderleyberaldo@hotmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/adm.beraldo/>

1. Os nomes com (*) são daqueles que não conseguimos evoluir nas pesquisas e não encontramos a sua ascendência.
2. Os nomes com (#) são daqueles que já foram citados e a numeração indica onde eles foram inseridos pela primeira vez.

HERDEIROS DAS SERRA DO CARACOL

O presente trabalho não teve e nem tem a pretensão de ser integralmente assertivo, mas foi elaborado através de cansativas pesquisas, que perduraram por algumas décadas, com análises de registros escritos, em fontes primárias e secundárias, citadas ao final desse volume e também no contexto de conversas com os mais antigos.

A intenção foi de retratar, ao longo do tempo, a evolução da Família Beraldo, descendente dos povoadores da região de Andradas, antiga (Samambaia, São Sebastião do Jaguary, Caracol), podendo portanto vangloriar-se de ser parte dos verdadeiros herdeiros da Serra do Caracol.

Além de enumerar os ascendentes descobertos nas pesquisas, elaborando uma detalhada árvore genealógica da família, descreve, na medida do possível, as histórias dos personagens.

Sabemos que em tempos antigos, as vezes a realidade se confunde com mitos e tradições, porém, além de ser um atrativo para a curiosidade dos interessados em genealogia, é um retrato histórico e mítico da saga de uma família, através das épocas mais remotas até os nossos dias, perfazendo seus deslocamentos através dos continentes até chegar a região do sudoeste mineiro.

É uma pequena contribuição, em contraposição ao tamanho e a grandeza dessa família.

Nessas quatro gerações são listados 1.858 membros, perfazendo 3.410 nessas 29 gerações.





VIGÉSIMA SEXTA GERAÇÃO

3379 9200. BARISONE ADORNO

Nasceu entre 1100 e 1220 em Itália.

De uma desconhecida teve: Bertolino Adorno; Amico Adorno; Lanfranco Adorno e **Adorno**

3379 9201. Desconhecida

3379 9208. JACOPO GATTILUSIO *

Nasceu entre 1165 e 1225 e morreu em 1258.

Casado com *Alasina Usodimare* de quem teve: **Luchetto Gattilusio**, poeta; Gattino Gattilusio e Giacomino Gattilusio

3379 9209. ALASINA USODIMARE

(Alasina Gattilusio - Usodimare). Nasceu entre 1165 e 1225.

3379 9210. CORRADO DORIA

Almirante genovês. Nasceu cerca de 1250 e morreu em 1322. Senhor de Loano, Barão de Regalmingili, Castronovo, Calatabiano e Regalbuto, Patrício genovês. Capitão do Povo de Gênova (1285-1288), reeleito (1288-1292), (1296-1297), Almirante da Frota Genovesa, derrotou os pisanos em Farexía em 1283, conquistou a ilha de Elba para a República em 1289, destruiu Porto Pisano e Livorno em 1295, Grande Almirante do Reino da Sicília de 1297, Chefe dos Gibelinos, comandou 28 galés e assaltou o Porto de Gênova em 1319, capturando três galés dos guelfos. Nasceu, em uma data desconhecida, cerca de metade do século XIII, de Oberto, um dos dois capitães da República de Gênova (o outro sendo Oberto Spinola) nomeado imediatamente após a criação do Judiciário em 1270. Obteve o comando de uma frota durante a guerra entre

Gênova e Pisa, que começou em 1283 com o conflito para a Córsega e a Sardenha e culminou no ano seguinte com a esmagadora vitória naval genovesa, perto de Meloria. Para enfrentar Pisa, Gênova armou duas frotas: uma foi confiada a Tommaso Spinola; a outra foi criada por medo de superioridade das forças pisanas, a fim de eventualmente resgatar a frota de Spinola, e sob o comando de Doria. As cerca de cinquenta e quatro galés comandadas por ele, navegaram, provavelmente em 27 de junho de 1283, para Porto Pisano, onde chegaram em 28 de junho, graças ao vento favorável, mas não encontraram a frota inimiga lá. Renunciou a atacar o porto bem equipado e continuou ao longo da costa, indo para o sul. No dia seguinte, ele se deparou com os navios pisanos, que eles conseguiram reparar perto de Piombino, no portus Farexie, fechando sua estreita abertura. Atacar o porto não foi uma tarefa fácil e os genoveses, embora tivessem feito preparativos para isso, apenas bloquearam os navios pisanos. Para cortar as comunicações com Pisa, Dória tinha quatro galés cruzadas entre Elba e Piombino, que em 4 de julho sinalizou para ele a aproximação de forças navais maiores. Fazia parte da frota pisana, voltando de Cagliari. Deixou vinte e duas galés para vigiar a saída do portus Farexie e com os outros navios apontados para os Pisanos que chegam, com a intenção de bloqueá-los no caminho para Piombino. Mas os pisanos, impulsionados pelo vento favorável, em vez de desviar, inesperadamente tentaram passar no meio do lado genovês. Esta manobra arriscada custou-lhes quatro ou cinco das principais naves, com mil homens a bordo. Na esteira desse sucesso, em 5 de julho, Dória decidiu levantar o cerco do portus Farexie; provavelmente essa decisão também foi tomada devido à necessidade de suprimentos, especialmente água doce. Mas a intenção de reverter o curso, após o fornecimento de água no Arno, de expulsar os pisanos de seu porto e provocá-los em batalha foi frustrada pelo vento scirocco que impediu o genovês de desviar, ao mesmo tempo em que permitiu que os pisanos reparassem ilesos em Porto Pisano. Dória manteve-se por mais alguns dias nas águas de Pisa, mas quando ficou claro que seus oponentes não tinham intenção de aceitar a batalha ele retornou a Gênova, onde entregou ao Município 584 prisioneiros. Spinola e Dória mostraram à República rival que

Gênova tinha supremacia sobre o mar e poderia perturbar significativamente o comércio pisano; mas o confronto decisivo tinha sido adiado. A batalha naval de 6 de agosto de 1284 na Meloria, na qual Oberto, pai do Dória liderou com sucesso as forças de Gênova, constituiu o ponto de virada nas relações entre as duas repúblicas marítimas. Após esta vitória, Gênova tentou obter a submissão completa de Pisa, planejando um ataque em aliança com Florença e Lucca. Este empreendimento, iniciado em meados de 1285 sob a responsabilidade militar de Oberto Spinola, terminou sem sucesso. Sobre isso e sobre a questão de continuar ou não a colaboração com Florença e Lucca, provavelmente houve diferenças entre os dois capitães Oberto Spinola e Oberto Doria. Este último em setembro anunciou sua renúncia de Rapallo, onde ele estava com o Figli. Essa retirada antecipada, decidida sem acordo com o município, abre uma crise constitucional. As duas famílias, no entanto, entenderam que um conflito dentro do município favoreceria os opositores de guelfo e decidiram, no final de 1285, reaparecer. Dória retornou a Gênova e assumiu o comando de seu pai como capitão, pelos três anos que faltaram no final de seu mandato. Logo depois, as negociações foram retomadas com os Guelfos toscanos para a ação contra Pisa. Durante o período de três anos não houve grandes ações militares, mas o isolamento político e econômico de Pisa cresceu. No final de 1287, eles começaram as urnas que levaram, em abril de 1288, a um tratado de paz que quase excluiu completamente os pisanos da Sardenha. O ato traz claramente a assinatura do Doria, que obteve uma posição-chave na ilha. Em 28 de outubro. 1288 o mandato de Dória e Spinola, que foram reeleitos por mais cinco anos, expirou. Esta decisão talvez seja explicada pela disposição de confiar a conduta dos assuntos municipais às duas famílias mais poderosas, mas também deve ser vista como uma reação contra as tentativas dos Guelfos genoveses de obter maior participação no governo municipal. A escolha da continuidade teve como objetivo frustrar esses projetos. Mas os Guelfos não desistiram e fizeram uma conspiração, liderada pelos Grimaldi, Fieschi e Mallocelli. Em 1 de janeiro. 1289 os insurgentes saíram ao ar livre na tentativa de capturar os dois capitães, que foram alertados para a ameaça apenas algumas horas antes. O fracasso da sedição deveu-se ao povo, que por sua vez pegou em

defesa da prefeitura. Os rebeldes refugiaram-se na igreja de São Lourenço e escaparam da morte apenas graças à intervenção de Dória e seu colega, que lhes permitiu voltar para suas casas, depois de jurarem não repetir a tentativa. Em 1289 o conflito com Pisa reacendeu. Os pisanos se recusaram a abandonar Cagliari, conforme prescrito pelo tratado de paz. Em março daquele ano, Pisa deu o governo da cidade a Guido di Montefeltro, em antecipação ao confronto com os Guelfos toscanos e Gênova. A guerra foi retomada em julho. As primeiras ações militares foram dirigidas principalmente contra Sinucello Della Rocca, Giudice di Cinarca e tiveram resultados alternativos. A derrota de Sinucello foi logo neutralizada por uma revolta dos Corsi, que levou à convocação do Conselho de Guerra genovês, o crente. Assumiu a coordenação das ações contra Pisa e Córsega, renovou sua aliança com Lucca e armou uma frota encarregada de saquear o Elba e depois ir para a Córsega, sob o comando de um dos dois capitães. Uma segunda frota foi enviada em 12 de julho ao Elba para evitar o retorno às forças dos pisanos, que na verdade pretendiam recuperar a ilha, mas foram forçados a renunciar depois que Dória havia reforçado a presença genovesa em Portovenere. Ao mesmo tempo, Lucca propôs um ataque conjunto ao Porto Pisano, em Gênova. O convite foi aceito e Dória retornando a Gênova em 23 de agosto, quase imediatamente recebeu o comando de uma frota de ventos vendavais. Enquanto Lucca, apoiado pelos aliados de Guelfo, atacado por terra, Dória agiu do mar, derrotando a pequena guarnição deixada no porto (os edifícios já haviam sido queimados por Guido da Montefeltro). Depois de alguns saques ao longo da costa, a frota genovesa teve que voltar. Um ataque à cidade de Pisa se mostrou impossível, mesmo em aliança com Lucca. No entanto, a destruição do porto de Pisa não aumentou o prestígio de Dória em Gênova, onde vozes cada vez mais fortes foram levantadas contra uma nova renovação do mandato para os capitães além do prazo de 28 de outubro. 1291. Os Gibelinos aceitaram este pedido, temendo que eles perdessem o apoio do povo contra uma possível nova conspiração dos Guelfos e convenceram os dois capitães a não se oporem a essa vontade, para o bem comum. Spinola e Dória aceitaram e contrataram quatro homens autoritários (incluindo Oberto Doria e Guido Spinola) para

elaborar estatutos para garantir o domínio dos Gibelinos e do povo. Apenas um capitão, um forasteiro, seria eleito chefe do município. Ao final de seu mandato, os dois capitães passaram entregas ao seu sucessor a tempo, recebendo uma taxa de 3.000 libras. Dória retornou ao status privado, enquanto continuava a participar dos eventos políticos da cidade, como indica claramente o fato de que em abril de 1292 Tiago de Aragão o incluiu entre os influentes genoveses a quem ele pessoalmente se voltou para pedir apoio na guerra contra os Angevinos no sul da Itália. Em 1295, os genoveses Guelfos e Gibelinos entraram em paz que deveria enterrar as antigas rivalidades, mas já em dezembro voltaram a lutar abertamente; o conflito terminou quarenta dias depois com uma nova derrota dos Guelfos, liderados pelos Grimaldi. Como consequência direta, no início de 1296 a diarquia foi restaurada e confiada a Dória e Corrado Spinola, filho do falecido Oberto. Dória ocupou o cargo apenas por um curto período de tempo, durante o qual o conflito eclodiu com Veneza. No final de 1297, ele renunciou e foi para a Sicília, onde o rei Frederico III o nomeou grande almirante, no lugar de Ruggiero de Lauria. Enquanto seu pai tinha conseguido manter Gênova e si mesmo fora da Guerra vespers, Dória tomou uma posição. Foi uma escolha arriscada para a cidade, que estava em grave choque com Carlos II de Anjou dominando o sul da Itália, onde Gênova tinha interesses comerciais consideráveis, e Provença, onde os russos genoveses guelfos encontraram apoio e asilo para suas ações de saque. Mas o maior perigo veio de Bonifácio VIII, que havia defendido uma aliança entre Tiago, o Aragão e Carlos II, para remover a Sicília de Frederico de Aragão. Somente depois de concluir a paz com Veneza, em 25 de maio de 1299, Gênova poderia se comprometer ao lado de Frederico, atraindo a aversão decisiva do Papa e de Carlos II. Bonifácio VIII reagiu primeiro, tentando de várias maneiras dividir as duas principais famílias da cidade. Como essas manobras não entraram em vigor imediatamente, na quinta-feira, 1300, ele pronunciou excomunhão contra seus inimigos genoveses e expressamente também contra Doria. Pouco depois, três membros da família Spinola foram à Cúria Papal para iniciar uma reconciliação, depois de também fazer contato com Carlos II. Na presença de emissários de Angevinos, eles prepararam uma hipótese

de acordo que incluía, entre outras coisas, uma ação genovesa para convencer Dória a renunciar ao cargo de almirante; em caso de recusa, a República deveria tê-lo declarado um rebelde. Uma delegação genovesa composta por representantes do Doria então foi a Roma e pediu a modificação de algumas condições, incluindo as mais pesadas para o D.D., mas também propôs um destacamento de Frederico de Aragão. Bonifácio VIII então enviou o Franciscano Porchetto Spinola para Gênova como núncio, para continuar as negociações. A paz entre Gênova e Carlos II ainda estava em questão quando, em 14 de junho, na ilha de Ponza, ocorreu um fato cheio de consequências. A frota siciliana, juntamente com cinco galeras genovesas da parte gibelina, tentou forçar a Batalha ruggiero de Lauria, passou para o serviço de Carlos II. Ele só aceitou o desafio depois de receber reforços, incluindo alguns navios enviados pelos Guelfos genoveses. Quando Dória ordenou que seus navios cruzem perto da costa noroeste, Ruggiero barrou sua retirada. Após lutas ferozes, a maior parte das frotas aragonesa e genovesa foram afundadas. Parece que Dória recusou até o fim para capitular, mas não conseguiu evitar a captura. Antes mesmo de entregá-lo ao rei, Ruggiero teria forçado Dória a entregar Francavilla a ele. Entre os muitos presos estavam seu irmão Simone, seu sobrinho Oberto e Antônio Doria. Mesmo os genoveses Gibelinos agora entendiam que a liberdade dos reféns só poderia ser alcançada concluindo a paz com Carlos II. Frederico fez algumas tentativas para manter o genovês ao seu lado, oferecendo a Carlos II a libertação de seu filho, Carlos de Taranto, em troca de Doria. Mas a situação política forçou Gênova à paz. O tratado de 2 de maio de 1301 comprometeu a República à estrita neutralidade na Guerra da Sicília, permitiu a repatriação dos Guelfos e garantiu a libertação de Dória. A Paz de Caltabellotta em 1302 mudou a situação política no sul da Itália. Dória foi capaz de retornar à Sicília sem expor Gênova à retaliação de Bonifácio VIII, em cuja presença ele no mesmo ano ele fez um ato de vassalagem para Frederico de Aragão. A partir de 1297, com o fim da segunda capitania de Dória, a cidade foi governada por algum tempo por um prefeito. Em janeiro de 1306, quando as relações entre os Dorias e os Spinolas já haviam se deteriorado, a diarquia foi reintroduzida novamente e confiada a um Spinola e a um Doria. Essa

droga governamental durou apenas até agosto do ano seguinte, quando Opicino Spinola demitiu seu colega e assumiu todo o poder. A resistência foi combatida principalmente pelos Doria e Guelfos nobres, que a partir de 1309 também recorreram às armas. Dória também interveio na luta, que terminou em junho com a queda de Spinola. Em 1311, quando Henrique VII veio para a Itália, o Município de Gênova acreditava que entregar o senhorio a ele era a única saída para os conflitos internos. A cerimônia contou com a sua presença, que apoiou fortemente a tentativa de Henrique de fortalecer sua posição na Itália, especialmente como intermediário com a Sicília. Frederico também deu uma poderosa ajuda (trinta galés e 600 cavalos) para a aliança Antiangioina, cujas forças chegaram a Porto Pisano em 13 de agosto de 1313. No mesmo dia, em Buonconvento, o imperador morreu. A luta entre os Guelfos e os Gibelinos foi violenta novamente em Gênova. Os Guelfos, apoiados por Roberto de Anjou, conseguiram tomar o poder em 1317. Desta vez, cabe aos Gibelinos deixar a cidade, principalmente para o Doria, Spinola e Pallavicini. Os exilados se apoiaram em Frederico de Aragão e Castruccio Castracani. Em 1320, Dória sitiou Gênova com vinte e oito galés, armados com Lerici e Savona. No mesmo ano, o conflito assumiu uma nova dimensão. Os genoveses Gibelinos uniram forças e criaram uma frota de vinte e duas galés que, comandadas por D., juntamente com quarenta e dois navios sicilianos e com o apoio do imperador bizantino Andronico II, atacaram algumas colônias genovesas no sudeste da Europa, causando sérios danos ao comércio de Gênova com o Oriente. Não se sabe a data da morte de Doria, que será colocada entre 1321 e 1323. Em 1321 ele ainda estava na Sicília na corte de Frederico III, honrado e investido pelo rei de numerosos feudos. É significativo que em 1320 o rei Frederico justifique contra seu irmão Giacomo sua não participação na campanha aragonesa para a conquista da Sardenha com o dever de intervir em Gênova no interesse de Doria. Um filho do D., Rafael, sucedeu seu pai como Almirante da Sicília em 1323. O Almirantado permaneceu por várias gerações nas mãos deste ramo do Doria. Seus feudos estavam localizados em Val di Mazara (Castronovo e Regalmingili) e Val Demone (Calatabiano e Regalbuto).

Casado com *Ginevra* de quem teve: Dorino I Doria, signore di Loano; **Eleonora Gattilusio**, Linò e Raffaele Doria, ammiraglio di Sicília.

3379 9211. GINEVRA N.*

Nasceu entre 1220 e 1280.

3380 0192. GERARD VAN DE WALLE *

Nasceu cerca de 1160 e morreu cerca de 1220.

De uma desconhecida teve: **Gilles Van de Walle**.

3380 0193. Desconhecida

3380 0704. GONÇALO ZARCO *

Nasceu em 1275.

De uma desconhecida teve: **Estevão Gonçalves Zarco**.

3380 0705. Desconhecida

3380 0720. AFONSO GUILHERME DE SANTARÉM *

Nasceu cerca de 1325 em Portugal. Nome de óbvias raízes toponímicas, já em finais do século XIII, a família que o adotou por apelido tinha uma posição que lhe permitia entroncar-se com a linhagem dos «de Avelar». É de admitir que o fundador daquela tenha sido João Guilherme, dito de Santarém, que foi casado, com geração que continuou este nome, com D. Inês Fernandes, dos [do Avelar]. Armas Escudo esquartelado, sendo o primeiro e o quarto de negro, um leão de prata, armado e lampassado de vermelho, e os segundo e terceiro de vermelho, três palas de vermelho. Timbre: o leão do escudo. É possível que as armas primitivas desta família fossem somente: de negro, um leão de prata, armado e lampassado de vermelho.

De uma desconhecida teve: **Guilherme de Santarém**.

3380 0721. Desconhecida

3380 0744. JOÃO RODRIGUES PEREIRA

Senhor de Cabeceiras de Basto. Nasceu cerca de 1340 em Pavia, Portugal e Monção, Viana do Castelo, Portugal. Senhor de Paiva, Baltar e Cabeceiras de Basto. Socorreu Coimbra no tempo do rei D.

João I cuja voz seguiu e [*se meteo dentro da cidade com sua gente acudindo aos asaltos e sahindo aos encontros com tal honra q na defeza da terra lhe derão o 1º lugar e na batalha pejejou na banguarda com esforso e vallor*]. Morreu afogado na Nau dos Estanques, no rio Minho, junto a Monção, quando acompanhava o rei D. João I no ataque a Tui. Trocou as terras de Baltar e Paiva com seu primo D. Nuno Álvares Pereira, que lhe deu as terras de Basto e as honras de Frazão e S. Fins de Ferreira. (NFP vol. VIII-pg. 190 - Pereiras).

Casado com *Maria da Silva* de quem teve: Leonor Pereira; D. **Gonçalo Pereira de Riba Vizela**, senhor de Cabeceiras de Basto e Rui Vaz Pereira

3380 0745. MARIA DA SILVA

Nasceu cerca de 1360 em Coimbra, Portugal.

3380 0746. MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS

Mestre da Ordem de Santiago. Nasceu cerca de 1340. Comandante da Ala direita dos namorados do Exército de Portugal na Batalha de Aljubarrota. Foi Mestre da Ordem de S. Tiago, Senhor de Soalhaens e Penela de Coimbra, Monsaraz, das terras de Fração Santo Estevão de Jeraz, e um dos grandes heróis de seu tempo, e foi Comandante da Ala direita que chamavam dos namorados do Exército de Portugal na Batalha de Aljubarrota onde se acharam também seus irmãos Rui Mendes de Joane Mendes, e todos obraram ações de valor como diz Manuel de Faria e Sousa, na sua Europa Portuguesa. Tomo 2ª parte, 3º Cap. 1 N 28 fls. 277 teve filhos que foram legitimados na vida do Rei D. João I como consta dos Livros dos seus registos (Gayo, tit. Vasconcelos § 1 N 13).

De uma desconhecida teve: Joane Mendes de Vasconcelos; Inês de Vasconcelos; Gonçalo Mendes de Vasconcelos; Pedro Mendes de Vasconcelos; **Beatriz de Vasconcelos**; Leonor de Vasconcelos; Lopo Mendes de Vasconcelos e Diogo Mendes de Vasconcelos, comendador de Sesimbra. Casado com Brites Nunes de Moraes de quem teve: Mem Rodrigues de Vasconcelos.

3380 0747. Desconhecida

3380 0748. JOÃO ÁLVARES PEREIRA

2º Senhor da Santa Maria da Feira. Nasceu cerca de 1385 em Portugal e morreu em 1453. Procurador dos Fidalgos de Portugal. Todas as referências temporais documentalmente conhecidas relativas a João Álvares, a começar pelo ano do seu casamento, consentem, cronologicamente, que lhe atribuamos a paternidade de Martim. João Álvares Pereira casou em 1398, ou 1399, com Leonor Gomes de Melo e o número de filhos que lhes vem sendo atribuído é variável. Alão de Morais e Felgueiras Gaio mencionam como tal um João Pereira, geralmente omitido, mas relativamente a quem, declara Gaio, que serviu com valor em Tânger. Na verdade, em 1437 ocorreu o malogrado e desafortunado cerco de Tânger, comandado pelo Infante D. Henrique e em que ficou refém D. Fernando, o Infante Santo. João Álvares Pereira, Senhor da Feira, militou nessa expedição, onde mostrou seu grande valor e onde foi pelo menos acompanhado por seu filho Fernão Pereira. O relacionamento próximo de João Álvares Pereira com o Infante D. Henrique vinha já, pelo menos, desde o tempo da tomada de Ceuta, em 1415, na qual aquele comandou uma galé.

Casado com *Leonor Gonçalves de Melo* de quem teve: Vasco Pereira, senhor de Fermedo e Cabeçais; **Fernão Pereira**, 3º senhor de Santa Maria da Feira; João Pereira; Gonçalo Pereira e Martim Pereira.

3380 0749. LEONOR GONÇALVES DE MELO

Nasceu cerca de 1360 em Portugal e morreu em 1385.

3380 0750. PEDRO VAZ DA CUNHA

Senhor de Angeja. Nasceu cerca de 1370.

Casado com *Helena de Ataíde* de quem teve: **Isabel de Albuquerque**; João Afonso de Albuquerque, senhor de Angeja e Diogo de Albuquerque.

3380 0751. HELENA DE ATAÍDE

Nasceu cerca de 1375.

3380 0768. SANCHE IV DE CASTELA

REI DE CASTELA – (1284–1295)

(Sancho IV Rey de Castela y León), (o Bravo). Nasceu em 12 de maio de 1258 em Valladolid, Castela e Leão, Espanha e faleceu em 25 de abril de 1295 em Toledo, Castela La Mancha, Espanha, sendo enterrado na Catedral de Santa Maria, Toledo, Castela La Mancha, Espanha. Foi rei desde a morte de seu pai, em 1284, até à sua morte. Uma vez que o primogênito do rei Afonso X, D. Fernando de La Cerda, morreu em novembro de 1275, o Sábio legou o reino em testamento ao seu neto Afonso de Lacerda, deserdando o seu segundo filho, Sancho. Assim, em 1282, Sancho juntou uma coligação de nobres para se declararem por si contra o seu sobrinho, e quando o rei Afonso X morreu em 1284, fez-se coroar rei em Toledo. Reconhecido pela maioria das cidades e dos nobres, tinha ainda um grupo bastante numeroso de partidários dos infantes de La Cerda, que reclamavam o seu legado no testamento, e durante todo o reinado, este monarca teve de enfrentar lutas internas. Um dos personagens que provocou mais discórdias foi o infante D. João, irmão de Afonso X, ao qual se uniu D. Lopo Dias III de Haro, oitavo senhor da Biscaia. Sancho IV acabou por executar Haro e encarcerar o seu tio D. João. Também, segundo as crônicas, deu a ordem de executar a facada 4000 seguidores dos infantes de La Cerda em Badajoz, 400 em Talavera e outros tantos em Ávila e Toledo. Depois deste saneamento perdoou o seu tio, que pouco depois voltou a rebelar-se, ocasionando o conflito de Tarifa. D. João pediu ajuda aos berberes merínidas e sitiou a praça defendida pelo governador Gusmão o Bom, senhor de Leão, que perdeu o seu filho na batalha. Tarifa foi fielmente defendida e os merínidas regressaram a Marrocos, acabando com os planos do infante D. João e do rei de Marrocos, que pretendia uma invasão. Quando Jaime II subiu ao trono de Aragão aproximou-se de Sancho IV, e unidos, os dois reis deram um novo impulso à Reconquista. Foi também grande amigo, e tutor do seu primo, o escritor, político e guerreiro, infante D. João Manuel. O Bravo morreu em batalha, em 25 de Abril de 1295, com apenas 37 anos de idade. Deixou o seu filho Fernando como herdeiro, sob a regência da sua consorte, D. Maria de Molina. Mas

deixou também a herança das disputas e rivalidades com os infantes de La Cerda e os seus partidários.

Casado com *Maria de Molina*, rainha consorte de Castela de quem teve: Isabel de Castela, rainha consorte de Aragão; **Fernando IV**, o Emprazado, Rei de Castela e Leão; Alfonso, infante de Castela e Leão; Henrique, infante de Castela e Leão; Pedro de Castela, Senhor dos Cameros; Felipe de Castela, senhor de Cabrera e Ribera e Beatriz de Castela, rainha consorte de Portugal. Noivo de Guillerma de Moncada, Senhora do baronato de Castellví de Rosanes, sem filhos. Companheiro de María Alfonso de Meneses, senhora de Ucero de quem teve: Violante Sánchez de Castela, senhora de Ucero; Teresa Sánchez de Castela. Companheiro de María Pérez de quem teve: Alfonso Sánchez de Castela. De uma desconhecida teve: Teresa Sanches.

3380 0769. MARIA DE MOLINA

RAINHA CONSORTE DE CASTELA

(María Alfonso de Molina). (A Grande). Nasceu cerca de 1264 em Toledo, Castela-La Mancha, Espanha e faleceu em 1 de julho de 1321 em Valladolid, Castela e Leão, Espanha sendo enterrada no Convento de Las Huelgas, Valladolid, Castela e Leão, Espanha. Rainha regente durante as minoridades do seu filho Fernando IV e do seu neto Afonso XI. Em 1282 casou-se com o seu primo Sancho, segundo filho de Afonso X, o Sábio. Apesar de não terem obtido previamente a necessária dispensa canônica de parentesco, a sua união foi legitimada em 1301 pelo papa Bonifácio VIII, seis anos depois da morte do seu esposo em 1295. Com a morte de Afonso X em 1284 e a proclamação de Sancho IV de Leão e Castela, passou a ser rainha consorte. O reinado de Sancho foi breve, tendo morrido em 1295, e o seu filho primogênito Fernando IV foi proclamado rei aos 9 anos de idade, com Maria de Molina como rainha regente até à sua maioridade. Leão e Castela viram-se envolvidos em conflitos internos. O trono era pretendido por Afonso de Lacerda, apoiado por uma facção de nobres encabeçada pelo seu cunhado, o infante D. João. Esta pretensão fora originada quando Sancho IV de Leão e Castela se apoderara do trono legado a Afonso de Lacerda, em desrespeito à vontade testamentária do rei anterior Afonso X. A legitimidade de Fernando IV também foi disputada, devido a Sancho

IV e Maria de Molina não terem pedido dispensa papal para o seu matrimônio. Os principais opositores a Fernando foram os seus tios, os infantes João e Henrique o Senador, irmãos de Afonso X, e os seus primos, os infantes de La Cerda, filhos do Infante Fernando de La Cerda, primogênito de Afonso X. Era um tempo de relativa anarquia. Os nobres levantaram-se contra o rei e pediam novos benefícios em troca de certa lealdade, mas uma vez obtidos estes, voltavam aos seus feudos para maquinar novas sublevações. Foram apoiados por Jaime II de Aragão e Dinis de Portugal, cujas tropas entraram em Castela em 1296. D. Dinis acabou por aceitar terminar a invasão em troca das vilas de Serpa e Moura. Pelo Tratado de Alcanises (1297) firmou a Paz com Castela, definindo-se nesse tratado as fronteiras atuais entre os dois países ibéricos. Por este tratado previa-se também uma paz de 40 anos, amizade e defesa mútuas. Pouco a pouco, e graças ao grande prestígio político que ganhou durante o seu governo, Maria de Molina foi conseguindo desarmar estes nobres revoltosos. O próprio infante D. João, seu cunhado, chegou a prestar vassalagem ao rei. A habilidade política e a perseverança de Maria de Molina conseguiram dominar os seus adversários. As intervenções de Aragão e Filipe IV de França, senhor de Navarra, também foram rechaçadas, e os direitos de Fernando IV foram confirmados. E em 1301 uma bula papal declarou válido o seu casamento com Sancho IV. Quando Fernando alcançou a maioridade, Maria entregou-lhe o governo e afastou-se da política. No entanto, ainda sofreu diversas ofensas do seu ingrato filho. Lutara com todas as suas armas para manter o reino em paz e para entrega-lo ao seu filho em condições bastante favoráveis, mas os historiadores contam que Fernando IV mostrou-se ingrato com a sua mãe. Pediu contas dos gastos do reino, que tinham sido empregados para manter a paz. A rainha-mãe enfrentou a situação humilhante com firmeza e dignidade e apresentou as contas em pormenor, onde se podia ver como tinha usado o seu próprio dinheiro para o erário público. Também apresentou as joias de Sancho IV intactas, a pedido do seu filho, juntamente com as suas próprias joias. Mas Fernando morreria em campanha contra o Reino de Granada a 7 de setembro de 1312, deixando dois filhos pequenos e a sua consorte viúva, que veio a falecer um ano depois. Maria voltou à regência durante os

primeiros tempos da minoridade do seu neto Afonso XI. Morreria em Valladolid em 1321. Seu túmulo está no Mosteiro de Las Huelgas, Valladolid.

3380 0770. DINIS I DE PORTUGAL

6º REI DE PORTUGAL - (1279-1325)

(Dionísio I el Labrador, Rey de Portugal). (O Justo, o Lavrador). Nasceu em 9 de outubro de 1261 em Lisboa, Portugal e faleceu em 7 de janeiro de 1325 em Santarém, Portugal, sendo enterrado no Mosteiro de São Dinis, Odivelas, Lisboa, Portugal. Chamado de o Rei-Trovador ou o Rei-Poeta (devido à sua obra literária); o Rei-Agricultor (pelo grande impulso que deu à agricultura e ampliação do pinhal de Leiria) foi o sexto rei de Portugal. Foi aclamado em Lisboa em 1279, tendo subido ao trono com 17 anos. Em 1282 desposou Isabel de Aragão, que ficaria conhecida como Rainha Santa. Ao longo de 46 anos a governar os Reinos Portugal e dos Algarves foi um dos principais responsáveis pela criação da identidade nacional e o alvor da consciência de Portugal enquanto estado-nação: em 1297, após a conclusão da Reconquista pelo seu pai, definiu as fronteiras de Portugal no Tratado de Alcanizes, prosseguiu relevantes reformas judiciais, instituiu a língua portuguesa como língua oficial da corte, criou a primeira Universidade portuguesa, libertou as Ordens Militares no território nacional de influências estrangeiras e prosseguiu um sistemático acréscimo do centralismo régio. A sua política centralizadora foi articulada com importantes ações de fomento econômico - como a criação de inúmeros concelhos e feiras. D. Dinis ordenou a exploração de minas de cobre, prata, estanho e ferro e organizou a exportação da produção excedente para outros países europeus. Em 1308 assinou o primeiro acordo comercial português com a Inglaterra. Em 1312 fundou a marinha Portuguesa, nomeando 1º Almirante de Portugal, o genovês Manuel Pessanha, e ordenando a construção de várias docas. Foi grande amante das artes e letras. Tendo sido um famoso trovador, cultivou as Cantigas de Amigo, de Amor e a sátira, contribuindo para o desenvolvimento da poesia trovadoresca na península Ibérica. Pensa-se ter sido o primeiro monarca português verdadeiramente alfabetizado, tendo assinado

sempre com o nome completo. Culto e curioso das letras e das ciências, terá impulsionado a tradução de muitas obras para português, entre as quais se contam os tratados de seu avô Afonso X, o Sábio. Foi o responsável pela criação da primeira Universidade portuguesa, inicialmente instalada na zona do atual Largo do Carmo, em Lisboa e por si transferida, pela primeira vez, para Coimbra, em 1308. Esta universidade, que foi transferida várias vezes entre as duas cidades, ficou definitivamente instalada em Coimbra em 1537, por ordem de D. João III. Entre 1320 e 1324 houve uma guerra civil que opôs o rei ao futuro Afonso IV. Este julgava que o pai pretendia dar o trono a Afonso Sanches. Nesta guerra, o rei contou com pouco apoio popular, pois nos últimos anos de reinado deu grandes privilégios aos nobres. O infante contou com o apoio dos concelhos. Apesar dos motivos da revolta, esta guerra foi no fundo um conflito entre grandes e pequenos. Após a sua morte, em 1325 foi sucedido pelo seu filho legítimo, Afonso IV de Portugal, apesar da oposição do seu favorito, o filho natural Afonso Sanches. - Administração: Como herdeiro da coroa, D. Dinis desde cedo foi envolvido nos aspectos de governação pelo seu pai. À data da sua subida ao trono, o país encontrava-se em conflito com a Igreja Católica. D. Dinis procurou normalizar a situação assinando um tratado com o papa Nicolau IV, onde jurava proteger os interesses de Roma em Portugal. Após a extinção da Ordem dos Templários conseguiu transferir o património dela no país para a Ordem de Cristo, criada para o efeito, e apoiou os cavaleiros portugueses da Ordem de Santiago na sua disputa para se separarem do seu mestre castelhano. D. Dinis foi essencialmente um rei administrador e não guerreiro: envolvendo-se em guerra com o Reino de Castela em 1295, desistiu dela em troca das vilas de Serpa e Moura. Pelo Tratado de Alcanizes (1297) firmou a paz com Castela, definindo-se nesse tratado as fronteiras atuais entre os dois países ibéricos. Por este tratado previa-se também uma paz de 40 anos, amizade e defesa mútuas. A sua prioridade governativa foi essencialmente a organização do reino: continuando a vertente legisladora de seu pai D. Afonso III, a profusa ação legislativa está contida, hoje, no Livro das Leis e Posturas e nas Ordenações Afonsinas. Não são códigos legislativos tais como os entendemos hoje, mas sim compilações de

leis e do direito consuetudinário municipal, alteradas e reformuladas pela Coroa. Com efeito, a incidência de questões de caráter processual com igual peso ao caráter de direito positivo das suas leis, denuncia a crescente preocupação do rei em enquadrar o direito consuetudinário (ou costumeiro) no âmbito da Coroa, e em efetivar o seu poder no terreno. As determinações sobre a atuação de alvazis (oficiais concelhios), juizes, procuradores e advocati demonstram isto, já que um poder meramente nominal sobre todos os habitantes do Reino, como era típico na Idade Média, não se compatibiliza com este esforço em esmiuçar os trâmites jurídicos, ou em moralizar o exercício da justiça. A criação de corregedores denuncia claramente o início do processo de territorialização da jurisdição da Coroa, extravasando o domínio régios, a par da crescente importância da capitalidade de Lisboa. O reinado de D. Dinis acentuou a predileção por Lisboa como local de permanência da corte régia. Não existe uma capital, mas a localização de Lisboa, o seu desenvolvimento urbano, econômico e mercantil vai fazendo da cidade o local mais viável para se afirmar como centro administrativo por excelência. A articulação entre o norte e o sul do país - este Sul que se torna alvo da maior atenção e permanência dos reis - fazem de Lisboa centro giratório para tornar Portugal viável. Entre o norte, onde a malha senhorial é mais densa e apertada, e o Sul, onde o espaço vasto conquistado aos muçulmanos implanta, sobretudo os domínios régios e as ordens militares, assim como vastos espaços de res nullius e torna Portugal um reino onde duas realidades diferentes se complementam. Preocupado com as infraestruturas do país, D. Dinis ordenou a exploração de minas de cobre, prata, estanho e ferro. Fomentou as trocas com outros reinos, assinou o primeiro tratado comercial com o rei de Inglaterra em 1308 e criou o almirantado, atribuído como privilégio ao genovês Manuel Pessanha, fundando uma verdadeira marinha portuguesa ao serviço da Coroa e do Reino. D. Dinis redistribuiu terras, promoveu a agricultura e fundou várias comunidades rurais, assim como mercados e feiras, criando as chamadas feiras francas ao conceder a várias povoações diversos privilégios e isenções. A razão de um dos seus cognomes ser O Lavrador foi o fato de ter zelado pela conservação do Pinhal de Leiria, criado pelo seu pai, que ainda se mantém, de forma a

proteger as terras agrícolas do avanço das areias costeiras. – Cultura: A cultura foi um dos seus interesses pessoais. D. Dinis não só apreciava literatura, como foi ele próprio um poeta notabilíssimo e um dos maiores e mais fecundos trovadores do seu tempo. Aos nossos dias chegaram 137 cantigas da sua autoria, distribuídas por todos os gêneros (73 cantigas de amor, 51 cantigas de Amigo e 10 cantigas de escárnio e maldizer), bem como a música original de 7 dessas cantigas (descobertas casualmente em 1990 pelo Prof. Harvey L. Sharrer, no Arquivo da Torre do Tombo, num pergaminho que servia de capa a um livro de registros notariais do século XVI, e que ficou conhecido como Pergaminho Sharrer). Durante o seu reinado, Lisboa foi, pois, um dos centros europeus de cultura. A primeira Universidade em Portugal, então Estudo Geral, foi fundada pelo seu documento *Scientiae thesaurus mirabilis*, em 1290, em Lisboa. Aí se ensinava as Artes, o Direito Civil, o Direito Canônico e a Medicina. Esta universidade foi transferida entre Lisboa e Coimbra várias vezes, estando instalada definitivamente em Coimbra desde 1537. Mandou traduzir importantes obras, tendo sido a sua Corte um dos maiores centros literários da Península Ibérica. Diz a lenda de uma aldeia do concelho de Seia, Lapa dos Dinheiros, que D. Dinis terá por lá passado e, depois de ter jantado e pernoitado no lugar, deu-lhe o seu nome atual. – Personalidade: Nunca esquecendo o hiato de largos séculos que nos separa de D. Dinis, é possível traçar um esboço de linhas mestras da personalidade deste rei português. Era determinado, ou mesmo obstinado, nos seus intentos, do que são exemplo a cadência de inquirições verdadeiramente demolidora e demais políticas de centralização régia que instituiu de forma sistemática. Revelou-se desde cedo um grande estrategista, sendo precursor de uma política governativa e legislativa não apenas relativa, mas antes de cunho proativo. Beneficiando de uma análise a posteriori, percebe-se que as decisões não iam sendo tomadas ao acaso, antes se articulando na senda de um ideal de país e nação que o Rei almejava. À laia de exemplo, indique-se a concomitante criação de concelhos e feiras, as políticas de fortificação das fronteiras ou a crescente dependência das ordens militares do poder régio. Por tudo isto, D. Dinis foi reconhecido como um homem sagaz e de elevada capacidade governativa, tanto por contemporâneos como por

historiadores posteriores. Não carecia de D. Dinis do que hoje apelidamos de habilidade política. Sendo hábil no trato e entendedor dos Homens, D. Dinis soube ir atacando e apaziguando, alternadamente, os interesses senhoriais laicos e eclesiásticos: desamortizou os bens do clero, mas aceitou a concordata e restringiu os direitos de comedoria nos mosteiros; inquiriu os bens senhoriais, mas as leis de desamortização travam a erosão dos patrimônios senhoriais. A administração das propriedades régias tornou-se mais eficiente e D. Dinis ficou conhecido como um Rei rico; disso encontramos eco na Divina Comédia de Dante Alighieri. Não obstante, D. Dinis é mormente celebrado em todos os registros cronísticos contemporâneos e posteriores como um Rei justo. Sabendo-se que a maior parte do trabalho legislativo do seu reinado se focou em questões de justiça processual, não será de menor relevo o fato de grande parte dessa nova legislação ir no sentido de evitar excessivas delongas e custas judiciais e impedir abusos de advogados e procuradores. Dele pode-se ainda dizer que a determinação que tantas conquistas políticas lhe granjeou podia, por vezes, degenerar em teimosia e prepotência. Descrito por vezes como cruel, principalmente nas relações familiares: na forma como tratava o filho herdeiro D. Afonso (nunca o seu favorito) e a esposa, D. Isabel, entregando-lhe os frutos dos seus adultérios para que os criasse. Figura incontornável da Península Ibérica de fim de duzentos e início de Trezentos, D. Dinis foi cognominado Pai-da-Pátria por Duarte Nunes de Leão. - Compleição - Pouco ou nada se sabia do físico do Rei D. Dinis. As fontes da época assim como autores posteriores falham em oferecer qualquer tipo de descrição física do monarca. As informações hoje existentes advêm de uma abertura accidental do túmulo de D. Dinis aquando de um processo de restauro em 1938. Sabe-se que a figura histórica de D. Dinis tinha de altura cerca de 1,65 m. O monarca faleceu com a provecta idade de 63 anos, feito notável para a época. Aparentemente, gozou de excelente saúde durante toda a sua vida: apenas fez o primeiro testamento completo aos 61 anos, sempre viajou, participou em guerras estando já adiantado de idade e aos 60 ainda caçava. Essa suposição é confirmada pela análise dos seus restos mortais que revela que morreu com a dentadura completa. Um traço distinto da

fisionomia de D. Dinis terão sido os seus cabelos e barba ruivos. Fato curioso na família real portuguesa de então, do qual não se conhecem outros exemplos até à época de D. Dinis. Pode-se especular que a origem genética deste traço poderia vir do lado materno, pois seu tio Fernando de Castela era ruivo (recebendo ademais o epíteto de La Cerda). As hipóteses mais plausíveis serão que estes dois príncipes peninsulares tenham herdado o traço de Henrique II de Inglaterra, pai de Leonor Plantageneta, bisavó de Afonso X; ou então da mãe de Afonso X, Beatriz da Suábia, neta do famoso Imperador Frederico, o Barba Ruiva. - Últimos anos e morte - Os últimos anos do seu reinado foram marcados por conflitos internos. O herdeiro, futuro D. Afonso IV, receoso que o favorecimento de D. Dinis ao seu filho bastardo, D. Afonso Sanches o espoliasse do trono, exigiu o poder e combateu o pai. Nesta luta teve intervenção apaziguadora a Rainha Santa Isabel que, em Alvalade se interpôs entre as hostes inimigas já postas em ordem de batalha. D. Dinis morreu em Santarém a 7 de janeiro de 1325, e foi sepultado no Mosteiro de São Dinis, em Odivelas. Tem como descendente também o Papa Bento XIII, que foi papa de 1724 a 1730.

Casado em 24 de junho de 1282 em Trancoso, Portugal com *Rainha Santa Isabel de Portugal* de quem teve: Infanta **Constança de Portugal**, Rainha Consorte de Castela e Dom Afonso de Portugal, Rei de Portugal. Companheiro de Branca Lourenço de Valadares, 1ª donatária de Mirandela de quem teve: Dona Maria Afonso de Portugal. De Maria Pirez de quem teve: João Afonso de Portugal, senhor da Lousã e Fernando Sanches de Portugal. De Marina Gomez de quem teve: Maria Afonso, senhora de Gibraleon e Maria Afonso, freira no Mosteiro de São Dinis. De Gracia Froes, senhora de Ribeyra de quem teve: Pedro Afonso de Portugal, conde de Barcelos. De Aldonça Rodrigues Telha de quem teve: Afonso Telles de Menezes (Afonso Sanches), senhor de Albuquerque e rival de seu meio-irmão Afonso IV. De uma desconhecida, sem filhos.

3380 0771. ISABEL DE ARAGÃO

SANTA - RAINHA CONSORTE DE PORTUGAL

(Santa Isabel Infanta de Aragon, reina consorte de Portugal). Nasceu em 4 de janeiro de 1271 em Zaragoza, Aragão morreu em 4 de julho de 1336 em Estremoz, Évora, Portugal, sendo enterrada no

Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Coimbra, Portugal. Santa canonizada em 25 de maio de 1625 pelo Papa Urbano VIII. Passou à história com a fama de santa, tendo sido beatificada e, posteriormente, canonizada. Ficou popularmente conhecida como Rainha Santa Isabel ou, simplesmente, A Rainha Santa. Para, além disso, uma sua tia materna foi Santa Isabel da Hungria, também considerada santa pela Igreja Católica. - Casamento: Dinis I de Portugal tinha 19 anos quando subiu ao trono e, pensando em casamento, convinha-lhe Isabel de Aragão, assim D. Dinis enviou, por isso, uma embaixada a Pedro de Aragão em 1280. Formavam-na João Velho, João Martins e Vasco Pires. Quando lá chegaram, estavam ainda à espera de resposta enviados dos reis de França e de Inglaterra, cada um desejoso de casar com Isabel um dos seus filhos. Aragão preferiu entre os pretendentes aquele que já era rei. A 11 de Fevereiro de 1282 com 12 anos, Isabel casou-se, então, por procuração com o soberano português D. Dinis em Barcelona, tendo celebrado a boda ao passar a fronteira da Beira, em Trancoso, em 26 de junho do mesmo ano. Por esse motivo, o rei acrescentou essa vila ao dote que habitualmente era entregue às rainhas (a chamada Casa das Rainhas, conjunto de senhorios a partir dos quais as consortes dos reis portugueses colhiam as prendas destinadas à manutenção da sua pessoa). Em 1281 D. Isabel de Aragão recebeu como dote as vilas de Abrantes, Óbidos, Alenquer, e Porto de Mós. Posteriormente deteve ainda os castelos de Vila Viçosa, Monforte, Sintra, Ourém, Feira, Gaia, Lamoso, Nóbrega, Santo Estevão de Chaves, Monforte de Rio Livre, Portel e Montalegre, para além de rendas em numerário e das vilas de Leiria e Arruda (1300), Torres Novas (1304) e Atouguia da Baleia (1307). Eram ainda seus os reguengos de Gondomar, Rebordões, Codões, para além de uma quinta em Torres Vedras e da lezíria da Atalaia. Segundo uma história apócrifa, D. Dinis não lhe teria sido inteiramente devotado e visitaria damas nobres na região de Odivelas. Ao saber do sucedido, a rainha ter-lhe-á apenas respondido: Ide vê-las, Senhor. Com os tempos, de acordo com a tradição popular, uma corruptela de ide vê-las teria originado o moderno topônimo Odivelas. Contudo, esta interpretação não é sustentada pelos linguistas. - Rainha da paz: Na década de 1320, o infante D. Afonso, herdeiro do trono, sentiu a sua posição ameaçada

pelo favor que o rei D. Dinis demonstrava para com um seu filho bastardo, Afonso Sanches. O futuro D. Afonso IV declarou abertamente a intenção de batalhar contra o seu pai, o que quase se concretizaria na chamada peleja de Alvalade. No entanto, a intervenção da rainha conseguiu serenar os ânimos, pela paz assinada em 1325 nessa mesma povoação dos arredores de Lisboa, foi evitado um conflito armado que teria instabilizado o reino. D. Dinis morreu em 1325 e, pouco depois da sua morte, Isabel terá peregrinado ao santuário de Santiago, em Compostela na Galícia, fazendo-o montada num burro, e a última etapa a pé, onde ofertou muitos dos seus bens pessoais. Há historiadores que defendem a ideia que lá se terá deslocado duas vezes. Recolheu-se por fim no então Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, vestindo o hábito da Ordem das Clarissas, mas não fazendo votos (o que lhe permitia manter a sua fortuna usada para a caridade). Só voltaria a sair dele uma vez, pouco antes da morte, em 1336. Nessa altura, Afonso declarou guerra ao seu sobrinho, o rei D. Afonso XI de Castela, filho da infanta Constança de Portugal, e, portanto, neto materno de Isabel, pelos maus tratos que este infligia à sua mulher D. Maria, filha do rei português. Não obstante a sua idade avançada e a sua doença, a rainha Santa Isabel dirigiu-se a Estremoz, cavalgando na sua mula por dias e dias, onde mais uma vez se colocou entre dois exércitos desavindos e evitou a guerra. No entanto, a paz chegaria somente quatro anos mais tarde, com a intervenção da própria Maria de Portugal, por um tratado assinado em Sevilha em 1339. - Falecimento e legado: Isabel faleceu, tocada pela peste, em Estremoz, a 4 de julho de 1336, tendo deixado expresso em seu testamento o desejo de ser sepultada no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, onde em 1995 foi iniciada uma escavação arqueológica, após ter estado por 400 anos parcialmente submerso pelo rio Mondego. Segundo uma história hagiográfica, sendo a viagem demorada, havia o receio de o cadáver entrar em decomposição acelerada pelo calor que se fazia, e conta-se que a meio da viagem debaixo de um calor abrasador o ataúde começou a abrir fendas, pelas quais elas escorriam um líquido, que todos supuseram provir da decomposição cadavérica. Qual não foi, porém, a surpresa quando notaram que em vez do mau cheiro esperado,

saía um aroma suavíssimo do ataúde. O seu esposo D. Dinis repousa no Mosteiro de São Dinis em Odivelas. Isabel terá sido uma rainha muito piedosa, passando grande parte do seu tempo em oração e ajuda aos pobres. Por isso mesmo, ainda em vida começou a gozar da reputação de santa, tendo esta fama aumentada após a sua morte. Foi beatificada pelo Papa Leão X em 1516, vindo a ser canonizada, por especial pedido da dinastia filipina, que colocou grande empenho na sua santificação, pelo Papa Urbano VIII em 1625. É reverenciada a 4 de julho, data do seu falecimento. Com a invasão progressiva do convento de Santa Clara-a-Velha de Coimbra pelas águas do rio Mondego, houve necessidade de construir o novo convento de Santa-Clara-a-Nova no século XVII, para onde se procedeu à transladação do corpo da Rainha Santa. O seu corpo encontra-se incorrupto no túmulo de prata e cristal, mandado fazer depois da trasladação para Santa Clara-a-Nova. No século XVII, a rainha D. Luísa de Gusmão, regente em nome de seu filho D. Afonso VI, transformou em capela o quarto em que a Rainha Santa Isabel havia falecido no castelo de Estremoz. Atualmente, inúmeras escolas e igrejas ostentam o seu nome em sua homenagem. É ainda padroeira da cidade de Coimbra, cujo feriado municipal coincide com o dia da sua memória (4 de julho). Alfredo Marceneiro dedicou-lhe o fado Rainha Santa, com letra de Henrique Rego. O seu túmulo, bem como o Mosteiro Novo de Santa Clara (Santa Clara-a-Nova), está confiado à guarda da Confraria da Rainha Santa Isabel. - A lenda do milagre das rosas: A história mais popular da Rainha Santa Isabel é sem dúvida a do milagre das rosas. No entanto, este milagre foi originalmente atribuído à sua tia-avó Santa Isabel da Hungria. Provavelmente por corrupção da lenda original, e pelo fato de as duas rainhas possuírem o mesmo nome e fama de santas, a história passou também a ser atribuída a Isabel de Aragão. Segundo a lenda portuguesa, a rainha saiu do Castelo do Sabugal numa manhã de Inverno para distribuir pães aos mais desfavorecidos. Surpreendida pelo soberano, que lhe inquiriu aonde ia e o que levava no regaço, a rainha teria exclamado: São rosas, Senhor! Desconfiado, D. Dinis inquirido: Rosas, no Inverno? D. Isabel expôs então o conteúdo do regaço do seu vestido e nele havia rosas, ao invés dos pães que ocultara. A época exata do aparecimento desta lenda na tradição

portuguesa não está determinada. Não consta de uma biografia anônima sobre a rainha escrita no século XIV, mas circularia oralmente pelo país nas últimas décadas desse século. O mais antigo registro conhecido é um retábulo quatrocentista conservado no Museu Nacional de Arte da Catalunha. [*Levava uma vez a Rainha santa, moedas no regaço para dar aos pobres (...) encontrando-a el-Rei lhe perguntou o que levava, (...) ela disse, levo aqui rosas. E rosas viu el-Rei não sendo tempo delas.*] (Crônica dos Frades Menores, Frei Marcos de Lisboa, 1562). O primeiro registro escrito do milagre das rosas encontra-se na Crônica dos Frades Menores. No entanto, a tradição popular gerou inúmeras variantes: moedas de ouro que se transformam em rosas ou rosas que se transformam em ouro; e a atualmente mais conhecida, do pão em flores. Em meados do século XVI a lenda já tinha sido amplamente difundida, e foi ilustrada por uma pintura anônima, conhecida por Rainha Santa Isabel, no Museu Machado de Castro de Coimbra, e por uma iluminura da Genealogia dos Reis de Portugal de Simão Bening sobre desenho de António de Holanda. No século XVII surgem mais dois trabalhos anônimos retratando a rainha, a pintura a óleo no átrio do Instituto de Odivelas e o retábulo do Mosteiro do Lorvão. - Bibliografia - A primeira biografia de Isabel de Aragão foi escrita logo após a sua morte, por alguém próximo à rainha, talvez o seu confessor Frei Salvado Martins, bispo de Lamego, ou uma das aias de Santa Clara. É geralmente conhecida por Lenda ou Relação, mas apesar de o original se ter perdido, o Museu Machado de Castro conserva uma cópia quinhentista, manuscrita e iluminada, com o título: Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e seus bons feitos e milagres em sua vida, e depois da morte. Esta obra, de natureza hagiográfica, serviu de base às biografias e crônicas posteriores, incluindo a Crônica de 1419 e as Crônicas de D. Dinis e de D. Afonso IV, de Rui de Pina. Foi publicada no século XVII por Frei Francisco Brandão, na parte VI da Monarquia Lusitana.

3380 0772. ÁLVARO PÉREZ DE GUZMÁN

Alcaide-mor de Sevilha. (Alvar Pérez de Guzmán). Nasceu entre 1240 e 1300.

Casado com N.N. Gonzales Giron de quem teve: Álvaro Pérez de Guzmán. 2ª vez com *María González de Girón* de quem teve: **Pedro Núñez de Guzmán.**

3380 0773. MARÍA GONZÁLEZ DE GIRÓN

Nasceu cerca de 1270.

3380 0774. FERNANDO PEREZ PONCE DE LEÃO

Senhor de Cangas. (Fernán Pérez Ponce de León). Nasceu entre 1225 e 1285 e morreu em 1292 em Jerez de la Frontera, Cadiz, Andaluzia, Espanha e foi enterrado no Monastério de Santa María de Moreruela, Granja de Moreruela, Zamora, Castela e Leão, Espanha. 5º Senhor de Marchena, Puebla de Astúrias, Mansilha, Senhor de Cangas e Tineo. Rico-homem de Castela e serviu como mordomo de Alfonso X, o Sábio, Sancho IV o Bravo e Fernando IV (o Colocado), testamentário do primeiro e Aio do último dos monarcas acima mencionados. Seus pais eram Pedro Ponce de Cabrera, senhor do Valle de Aria, e sua esposa, Aldonza Alfonso de León. Do lado paterno eram seus avós Conde Ponce Vela de Cabrera, alferes do rei Alfonso IX e sua esposa Teresa Rodríguez Girón. Os avós maternos eram o rei Alfonso IX e sua amante Aldonza Martínez de Silva. Ele teve vários irmãos, incluindo Pedro Pérez Ponce de León, comandante-mor e cavaleiro da Ordem de Santiago, e Ruy Pérez Ponce de León, mestre da Ordem de Calatrava entre 1284 e 1295, no qual morreu como resultado das feridas recebidas na Batalha de Iznalloz. Ele também era sobrinho de Fernando III de Castela e primo de Afonso X, que o nomeou seu mordomo em 1284. – Vida: Atividades durante o reinado de Alfonso X, o Sábio. Sua data exata de nascimento é desconhecida. No início de 1273 esteve presente no Conselho Municipal de Almagro, que tinha como objetivo facilitar o retorno dos nobres exilados e enfrentar o descontentamento geral causado pelas reformas legislativas e a pressão fiscal existente no reino de Castela e Leão. O Conselho Municipal de Almagro contou com a presença de Alfonso X, o Sábio, rei de Castela e Leão, sua esposa Rainha Violante de Aragão, o Infante Fernando de la Cerda, o mestre das Ordens Militares e numerosos magnatas e homens ricos. Alguns autores apontaram, entre eles Antonio Ballesteros Beretta, que Fernán Pérez Ponce participou da conjuração liderada pela

infante Fadrique de Castela, irmão de Alfonso X, e Simón Ruiz, senhor dos Cameros, e que custou a vida de ambos os personagens, já que ambos foram executados por ordem de Alfonso X, o Sábio em 1277. Em maio de 1277 Fernán Pérez Ponce foi para o exílio na França e em julho daquele ano prestou homenagem ao rei Filipe III da França contra todos os homens do mundo, exceto os filhos do falecido Infante Fernando de la Cerda, primogênito de Alfonso X, o Sábio, e prometeu servir o monarca francês com quarenta cavaleiros por quarenta dias a cada ano, em troca de receber 3000 libras. Em 1282, durante a guerra civil que dividiu o reino de Castela e Leão entre os leais ao monarca Alfonso X e os partidários de seu filho Sancho, Fernán Pérez Ponce estava no comando das tropas afonsinas que derrotaram no cortejo de Puente de la Calahorra os partidários do Infante Sancho, no final de 1282. Em 1283, quando Fernán Pérez Ponce estava ao comando da vereança da cidade de Sevilha, ele derrotou novamente os partidários do Infante Sancho em uma batalha na qual também lutou ao seu próprio lado Vasco Martínez Pimentel, o meirinho mais velho de Portugal, que perdeu a vida em batalha, e acompanhado por inúmeros portugueses. Outro dos mortos do lado afonsino foi Rodrigo Esteban de Toledo, prefeito de Sevilha. Por sua vez, os partidários do Infante Sancho perderam inúmeros homens, incluindo Fernando Núñez de Temez, prefeito de Córdoba, e cuja cabeça foi levada para Sevilha como troféu junto com o estandarte da cidade de Córdoba por Fernán Pérez Ponce. De acordo com as crônicas da época, quando o Infante Sancho tomou conhecimento da derrota de seus partidários nas proximidades da cidade de Córdoba ele ficou chateado, porque não desejava a luta armada contra seu pai, o rei. O ano de 1283 concluído para o lado do infante Sancho com um revés militar, como a cidade de Mérida, que era controlada pelos partidários do infante Sancho, foi recuperada pelo lado afonsino, e o exército que o recuperou estava sob o comando do infante Juan de Castela el de Tarifa, filho de Alfonso X, e Fernán Pérez Ponce. Por outro lado, no final de 1283, morreu o Infante Manuel de Castela, irmão de Alfonso X pai de Don Juan Manuel, e um dos principais apoiadores de Sancho. Em 1284 ele foi nomeado mordomo-mor por seu primo Alfonso X e, em seu testamento probatório, concedido em 10 de janeiro de 1284 na cidade

de Sevilha, Alfonso X incluiu Fernán Pérez Ponce entre seus executores probatórios, juntamente com Juan de Castela el de Tarifa e Beatriz de Castela, filhos do soberano castelhano-leonino. – Atividades durante o reinado de Sancho IV o Bravo e morte de Fernán Pérez Ponce: Após a morte de Alfonso X, o Sábio, na cidade de Sevilha, em 4 de abril de 1284, Fernán Pérez Ponce passou a servir o rei Sancho IV, que ocupou o trono de Castela e Leão, apesar das disposições testamentárias de seu pai. Sancho IV nomeou Fernán Pérez Ponce de León à frente da fronteira da Andaluzia e, como tal, em 1291 participou do acordo alcançado entre Sancho IV, o Bravo, e o rei Muhammad II de Granada, como o monarca castelhano-leonino queria alcançar a paz com o monarca granadino, a fim de fazer guerra contra o rei de Marrocos. Em 6 de dezembro de 1285, nasceu Fernando, filho primogênito de Sancho IV. Foi batizado na Catedral de Sevilha pelo Arcebispo Raimundo de Losana e foi imediatamente proclamado herdeiro da Coroa e recebeu a homenagem dos notáveis do Reino. O monarca castelhano confiou a Fernán Pérez Ponce a educação do Infante Fernando, que foi levada para a cidade de Zamora, onde a família de Fernán Pérez Ponce residia. O rei também nomeou Isidro González e Alfonso Godínez como chanceleres do infante, enquanto nomeou Samuel de Belorado como almoxarife do príncipe. A esposa de Fernán Pérez Ponce, Urraca Gutiérrez de Meneses, e ele mesmo, influenciaram a formação do caráter do Infante. E em 1292, Fernán Pérez Ponce esteve presente na conquista da cidade de Tarifa, da qual seu irmão, Ruy Pérez Ponce de León, eleito mestre da Ordem de Calatrava, foi nomeado diretor em 1284. Embora a maioria dos historiadores aponte que Fernán Pérez Ponce morreu em Jerez de la Frontera em 1292. Braulio Vázquez Campos demonstrou em 2006, com base nos privilégios e documentos da época, que ele morreu no final de 1291. E na obra apócrifa intitulada Livro das Queixas, Fernán Pérez Ponce é destaque da seguinte forma: *[Para você Fernan Perez Ponce, o leal Cormano, e amigo, e vassalo firme O que para minar Omes de visão eu silencio você Quero dizer, emplacando o meu mal: Para você que tomou a terra e cabdal Para as haciendas mias em Roma, e além das minhas moscas de pendola, Scothala dende: Ea grita de luto com fabla mortal. Como um yaz apenas o rei de Castela, imperador da Alemanha que inimigo Aquel, que os reis beijaram*

seu pé E reynas pediu esmola e mancilla: Aquele que segurou em Sevilha Dez mil cavalos e três peões duplos, aquele que desembarcou em nações distantes Era para suas Mesas, e para seu pescoço.] – Enterro: Na Igreja Colegiada de San Salvador de Jerez de la Frontera, o funeral ocorreu para a alma de Fernán Pérez Ponce, com a presença de Sancho IV, o Bravo, registrando o monarca castelhano-leonino da fidelidade e dos bons serviços prestados pelo falecido ao do Infante Fernando de Castela. Posteriormente, os restos mortais de Fernán Pérez Ponce de León foram transferidos para o mosteiro de Moreruela, atualmente em estado de ruínas, e localizados na província de Zamora. Seus restos mortais foram depositados em uma tumba de pedra que foi colocado no lado evangélico da capela principal da igreja do mosteiro, e no túmulo contendo seus restos mortais apareceu esculpido o brasão de armas do falecido, consistindo de um leão desenfreado de roxo no campo de prata, que tinha o direito de se gabar por ser filho de Aldonza Alfonso de León e neto do rei Alfonso IX de Leão. Mais tarde ele recebeu o enterro no mesmo mosteiro, cumprindo assim sua vontade, sua esposa Urraca Gutiérrez de Meneses, como registrado em um ato datado de 1314, pelo qual Alfonso XI de Castela fez uma doação ao mosteiro de Moreruela.

Casado com *Urraca Gutiérrez de Meneses* de quem teve: **Juana Beatriz Ponce de León y Meneses**; Pedro Ponce de León, senhor de la Puebla de Astúrias, Cangas y Tineo; Gutierre Pérez Ponce de León; Rodrigo Ponce de Astúrias; Beatriz Fernández Ponce de León; Fernando Pérez Ponce de León, senhor de Marchena, Bornos, Espera, Rota y Chipiona e Aldonza Ponce de León.

3380 0775. URRACA GUTIÉRREZ DE MENESES

Nasceu cerca de 1260 em Meneses de Campos, Palencia, Castela-Leão, Espanha e morreu cerca de 1300 em La Puebla, Astúrias, Espanha. [*Doña Urraca Gutierrez de Menefes casó con Fernan Perez Ponce de Leon, hijo del Conde Don Pedro Ponce, fegundo del nombre, Alferez mayor de Caftilla, y de Doña Alonza Alonfo, hija del Rey Don Alonfo IX de Leon. Don Fernan Perez Ponce de leon fue Señor de la Puebla de Afturias, Cangas y Tinéo, Adelantado mayor de la Frontera, Rico-hombre de Caftilla, Ayo del Rey Don Fernando IX. Fueron fus hijos Don Pedro Ponce de Leon, avuelo paterno de la Reyna de Caftilla Doña Juana de Caftro... y el fegundo fue Don Fernan Perez Ponce de Leon...* *História de la Muy Ilustre Casa de*

Sousa Capitulo XII. Descendencia de Don Garcia Mendez de Sousa en diversas Cafas por fu hijo Don Juan Garcia de Soufa y fu nieta Doña Elvira.
] (Duques de Arcos. Pág 170)

3380 0782. RUY FERNÁNDEZ BARBA ORTIZ

6º Senhor de Castrofuerte. (Ruy Fernández Barba de Villamayor). Nasceu em 1241 e morreu em 1295 na Espanha. Rico-homem do Rey Fernando IV.

Casado com *Elvira Suárez de Figueroa Lorenzo Gallinato*, 11º Senhora de Figueroa de quem teve: Ruy Barba de Figueroa; **Ana Barba de Figueroa** e Suer Fernández de Figueroa y Gallinato, 12º senhor de Figueroa.

3380 0783. ELVIRA SUÁREZ DE FIGUEROA LORENZO GALLINATO

11º Senhora de Figueroa. (Elvira Sánchez de Figueroa). Nasceu em 1251 e morreu em 1304.

3380 0808. RUI PAIS VIEGAS *

Nasceu antes de 1310.

De uma desconhecida teve: **Vasco Rodrigues Viegas.**

3380 0809. Desconhecida

3380 0810. VASCO PIRES FARINHA

Mordomo-mor do Infante D. Afonso. Nasceu entre 1130 e 1190. Foi Cavaleiro, Vassalo e Mordomo-mor do Infante Dom Affonso. Em 1282, herdou de seu irmão os senhorios de Góes, de Farinha Podre e de Paradela.

Companheiro de *Marinha Pires* de quem teve: Maria Vasques de Góes; Gonçalo Vasques, Sr. de Góis; **Maria Vasques Farinha**, Senhora de Góis; Álvaro Vasques e Mor Vasques.

3380 0811. MARINHA PIRES *

Nasceu entre 1225 e 1285.

3380 0812. ESTEVÃO SOARES DE ALBERGARIA

8º Senhor de Albergaria. (O Moço). Nasceu cerca de 1300 em Portugal. [*Foi bom Cavalleiro como diz o Conde D Pº, q he o m.mo q bom Fidalgo pois naquelle tempo nao havia em portugal o foro de Fidalgos.*]

Cazou com D. Maria Lourenço de Soalhaens sobrinha de D. João Martins de Soalhaens Arcebispo de Braga, tendo sido Arcebispo de Lx.a, e Instituidor do Morgado de Soalhaens q hoje pessue o Visconde de Villa Nova de Cerveira f.a de Lourenço Martins Soalhaens, e sua m.er M.a Pires de Oliv.r.a f.a de Pedro de Oliv.r.a Sr. do Morgado de Oliv.r.a e sua D. Elvira Annes Pestanna tt.o de Oliveiras \$ 1 N 1] (Gayo, NFP, 1941, Soares de Albergaria \$ 2 N 6)

Casado com *Maria Lourenço de Soalhães* de quem teve: **Lopo Soares de Albergaria**, senhor de Albergaria; Estevão Soares de Albergaria; Álvaro Soares de Albergaria; Diogo Soares de Albergaria; Branca Soares de Albergaria e Leonor Lopes de Albergaria.

3380 0813. MARIA LOURENÇO DE SOALHÃES

Nasceu cerca de 1300 em Portugal.

3380 0814. GONÇALO PAIS DE MEIRA

Senhor de Ponte de Lima. (Paio de Meira). Nasceu cerca de 1310 em Portugal. Meirinho Mor de Entre Douro e Minho Senhor de Ponte de Lima e de Entre Homem e Cávado. [*Como consta de hua sen.ça no Cartorio de Cete, foi Meirinho Mor de Entre Douro, e Minho vivia pellos annos de 1317, e se achou na batalha do Sallado por p.te do Infante D. Aff.o f.o do Rey D. Deniz e sua m.er D. Leonor Rz f.a de Rodrigo Annes de Vasconcellos, e sua m.er Mecia Rz Penella no tt.o de Vasconcellos \$ 1 N 10]* (Gayo, NFP, 1941, Meyras \$ 1 N 4)

Casado com *Leonor Martins de Leitão* de quem teve: Estevão Gonçalves de Meira; Teresa de Meira; Paio de Meira; Fernão Gonçalves de Meira; **Mécia Rodrigues de Meira** Teresa de Meira. De uma desconhecida teve: Constança Martins Leitão.

3380 0815. LEONOR MARTINS DE LEITÃO

(Leonor Rodrigues de Vasconcelos). Nasceu cerca de 1280.

3380 0864. Afonso Annes de Brito # 9740914

3380 0865. Ausenda de Oliveira # 9740915

Pais de: **Martinho de Brito.**

3380 0870. ESTEVÃO MAFALDO *

Nasceu antes de 1420 em Portugal.

Casado com *Sancha* de quem teve: **Maior Esteves Mafaldo.**

3380 0871. SANCHA N.*

Nasceu antes de 1420 em Portugal.

3380 0872. RUI FERNANDES ROLIM

Alcaide-mor de Azambuja. (Rui Mor de Azambuja). Nasceu entre 1210 e 1268 em Portugal. Senhor de Azambuja.

Casado com *Elvira Esteves de Avelar* de quem teve: Pedro Rodrigues Rolim, senhor de Azambuja; Fernão Martins da Azambuja; **Estevão Rodrigues da Azambuja**, alcaide-mor de Azambuja; João Rodrigues de Azambuja.

3380 0873. ELVIRA ESTEVES DE AVELAR

Nasceu cerca de 1251 em Avelar, Ansião, Leiria, Portugal e morreu em Azambuja, Portugal e foi enterrada na Igreja Matriz de Azambuja, Azambuja, Portugal.

3380 0888. VASCO LOURENÇO DE ALMADA

(O Velho). Nasceu cerca de em 1270 em Portugal. Escreve Felgueiras Gayo: [*descendente de Almadão, foi homem de m. ta estimação no tempo dos pr^{os} Reis deste Reyno, está enterrado na sacrestia de S. Mamede de Lx^a*]. (NFP). Foi vereador da Câmara de Lisboa (1365-1366) e procurador do mesmo concelho (1381-1383). A 17 de Outubro de 1384, o mestre de Avis tirou para sempre a (*Joham uaasquez d almadaã*), seu filho, e a todos os seus herdeiros e sucessores, o foro de 40 libras anuais que pagava por umas casas em Lisboa aforadas ao rei, que já tinham sido aforadas por D. Fernando. Segundo o Nobiliário de Xisto Tavares da Biblioteca Municipal do Porto, diz que: [*Viajou em terras de mouros, onde adquiriu muita riqueza, voltando ao Reino em tempo de seu Pai, de quem foi universal herdeiro*]. Seja por essa razão, ou não, seria bastante rico pois surge como rendeiro das sisas gerais da cidade de Lisboa entre 1 de novembro de 1381 e 4 de setembro de 1382, mas, que poderia já datar de vinte anos antes. São de particular destaque as casas que tinha em Lisboa do rei emprazadas na rua de São Nicolau na Correaria e na Rua Nova, freguesia de São Julião. Mas o codicilo ao seu testamento insere-o socialmente na freguesia de São Mamede, onde ele estabelece disposições para a compra de umas casas destinadas a albergar

quatro pobres. A memória dos seus progenitores e da sua própria vida assegurava-se nessa mesma ocasião pela instituição de uma capela na igreja de São Mamede a ser administrada por seu filho. O marquês de Sande cita a Crônica d'El-Rei D. João I, liv. I, para referir que uns designados paços de Valverde lhe foram aforados por D. Fernando e que estes ficavam junto ao Mosteiro de Alcobaça. A História Genealógica da Casa Real diz que ele vivia em 1429.

De uma desconhecida teve: **João Anes de Almada**, Capitão-Mor do Reino e Joana Vaz de Almada.

3380 0889. Desconhecida

3380 0890. JOÃO ANES *

Nasceu cerca de 1280 em Portugal.

De uma desconhecida teve: **Urraca Moniz**.

3380 0891. Desconhecida

3380 0892. LOURENÇO FERNANDES DA CUNHA

2º Senhor da Tábua. Nasceu em 1180 na antiga localidade de São Miguel de Cunha, Braga Portugal e morreu em 1225 no mesmo local. Foi um nobre e cavaleiro medieval do Reino de Portugal. 2º Senhor de juro e herdade de Tábua, senhor da honra de Cunha. Segundo alguns historiadores nasceu no solar da família, na antiga freguesia de São Miguel da Cunha, concelho de Braga, e criado em casa de Pedro Silvestre, na freguesia de São Tomé de Moimenta. Em junho de 1171, com os pais já falecidos, sua irmã Elvira Fernandes, com o outorgamento de seus tios e primos de Coimbra, procedeu-lhe à venda, pela quantia de 40 morabitinos, do solar que possuía em freguesia da Cunha, local onde Lourenço se encontrava a fazer uma quinta com a respectiva torre senhorial. Este fato mostra que já era de maior idade e proprietário abastado. Era um cavaleiro da Honra de Varzim (Honra de Veracim), sistema feudal que floresceu na Europa do século XI e XII, com heranças mantidas juntas e administradas em conjunto, com caput no centro da Póvoa de Varzim (Villa Veracin), onde tinha o seu palácio e de seus filhos. Neto paterno de Paio Guterres da Cunha, que o conde D. Henrique reconheceu como Senhor de Varzim, ganhou vários domínios pelo

reino, o poder deste cavaleiro e por acreditar que a sua família conspirava contra o rei, levou D. Sancho a destruir-lhe a torre de Cunha, várias propriedades agrícolas em Cunha e Varzim, e capturou o Porto de Varzim, este último persistirá a ser uma questão entre a honra de Varzim e os réis portugueses até ao reinado de D. Dinis. O importante documento medieval denominado Notícia de Torto, escrito entre 1211 e 1216, que é o mais antigo documento particular datável conhecido escrito em português, apresenta-nos uma importante narrativa dos agravos que o nobre Lourenço Fernandes da Cunha sofreu às mãos de outros senhores. Padroeiro das igrejas de Tábua e São Miguel da Cunha e dos mosteiros de São Simão da Junqueira, São Salvador do Souto e Santo Estêvão de Vilela, etc. Foi senhor de muitos bens espalhados pelo Minho, Douro e Beira Alta. Documentado desde 1171 e falecido entre 1225 e 1228. Documenta-se com sua mulher em 1202.- Ataque a Sevilha: Em 1176 Lourenço Fernandes, foi um dos Cavaleiros que acompanharam o infante D. Sancho I no ataque à cidade de Sevilha, detida pelos mouros. Lourenço procedeu nesta cidade ao saque do Bairro de Triana, tendo regressado a Portugal e aos seus domínios com os despojos. – Domínios: Com o seu casamento ocorrido com Sancha Lourenço de Macieira, Lourenço recebe importantes bens; fez numerosas compras, de que ainda existem 24 escrituras, recebeu doações de particulares e doações régias e ainda além disso procedeu a ocupações territoriais abusivas, todos estes fatores levaram Lourenço a acumular uma vasta fortuna territorial, distribuída pelos concelhos de Barcelos, Braga e Póvoa de Varzim, Guimarães, Santo Tirso, Coimbra, Tábua, termos de Águeda e Vouga e a outras terras. Embora de forma mais concentrada nos concelhos de Barcelos, Braga e Povo de Varzim. Foi quem em 1099 procedeu ao povoamento de Aver-o-Mar, freguesia da Póvoa de Varzim. As Inquirições reais de 1258 informam que Aver-o-Mar é a terra é honra de Cavaleiros. Foram os habitantes ou os cavaleiros que procederam à construção, por volta do século XV de uma capela dedicada à Nossa Senhora das Neves que atualmente é a padroeira da freguesia. Manteve boas relações com o rei D. Afonso II de Portugal, que lhe veio a doar bens na freguesia de Souto, concelho de Guimarães. Este Gomes Lourenço aparece nas Inquirições do ano 1258 e do ano de

1290 com propriedades em São Paio de Figueiredo, concelho de Guimarães, em São Cristóvão de Rio Mau e São Miguel de Argivai, concelho de Póvoa de Varzim. - Ataques de D. Sancho I: No documento Mentio de malefatoria ele queixa-se de o rei de D. Sancho I de Portugal lhe ter mandado [*ermar 70 casais com cem homens de maladia e incendiar a quinta e casais*] que tinha na freguesia de Cunha. Este documento leva à conclusão de que se tratava de um rico cavaleiro, a quem, na mesma altura, [*tomaram 40 escudos, capacetes de ferro e muitas outras armas...capellos de ferro et multa alia arma*]. Esta perseguição por parte do rei exposta no Mentio de malefatoria, deu-se nos fins do reinado de D. Sancho I, e depois do mês de abril de 1210. A torre de Cunha foi destruída. O rei ordenou a destruição de várias das suas propriedades em Varzim, incluindo 10 dos 17 casais de Varzim. O rei tomou a terra, destruiu as propriedades e expulsou os povoadores. Aproveitando-se destes acontecimentos, Lourenço Fernandes da Cunha e família foram sujeitos a uma série de roubos, violências por parte, de vários nobres, mas principalmente da parte dos filhos de D. Gonçalo Ramires, que possuía uma honra antiga na freguesia de Cunha, e que era seu conterrâneo e parente. Não obstante estes acontecimentos, Lourenço conseguiu conservar e recuperar parte da fortuna, que acabou por deixar a esposa e aos filhos. Falecimento: Embora não sejam conhecidos documentos de óbito os historiadores de deduzem que deve ter falecido entre outubro de 1225 e outubro de 1228, dado que em outubro de 1225 aparece a fazer uma compra juntamente com a esposa, enquanto na segunda data, outubro de 1228, é somente a esposa que aparece a fazer uma compra, não voltando Lourenço a intervir em qualquer outro documento conhecido. Todos os filhos de Lourenço Fernandes foram fidalgos de fortuna e com influência, embora como é natural, houve uns que sobressaíram como foi o caso informado pelo Nobiliário do Conde D. Pedro; [*D. Gomez Lourenço foy muito honrrado e de gram fazemda e foy padrinho delrey Dom Dinis de Portugal*] e [*Egas Loureraço foy o melhor e mais honrrado de seus irmãos*]. Este D. Gomes Lourenço aparece nas Inquirições do ano 1258 e do ano de 1290 com propriedades em São Paio de Figueiredo, concelho de Guimarães, em São Cristóvão de Rio Mau e São Miguel de Argivai, concelho de Póvoa de Varzim.

Casado em 24 de outubro de 1198 com *Sancha Lourenço de Macieira*, documentada nas Inquirições de 1258 e 1288 de quem teve: Martim Lourenço da Cunha; Vasco Lourenço da Cunha, 2º senhor do morgado de Tábua; Gomes Lourenço da Cunha; Egas Lourenço da Cunha; Sancha Lourenço da Cunha, freira em Vairão; Marinha Lourenço da Cunha; Urraca Lourenço da Cunha; Domingos Lourenço da Cunha; Mór Lourenço da Cunha; Maria Lourenço da Cunha e **João Lourenço da Cunha**, 1º senhor do morgado de Tábua. 2ª vez com Maria Martins do Vinhal, sem filhos. De uma desconhecida teve: Vicente Lourenço da Cunha e Maria Lourenço da Cunha.

3380 0893. SANCHA LOURENÇO MACIEIRA

Nasceu cerca de 1180 em Portugal.

3380 0896. Dinis I de Portugal

3380 0770

3380 0897. Isabel de Aragão

3380 0771

Pais de **Afonso IV de Portugal**

3380 0898. Sancho IV de Castela

3380 0768

3380 0899. Maria de Molina

3380 0769

Pais de **Beatriz de Castela**

3380 0900. FERNANDO RODRIGUEZ DE CASTRO

Senhor de Lemos e Sarria. (Fernán Ruiz de Castro). Nasceu cerca de 1260 na Galícia, Espanha e morreu cerca de 1305 em Monforte de Lemos, Galícia, Espanha. Nobre galego da casa de Castro. Ele era o senhor de Lemos y Sarria e de Cabrera y Ribera e ocupou os cargos de Adelantado-mor da Galícia, perdigueiro-mor de Santiago e comendador da Igreja de Lugo. Ele era o bisneto do rei Alfonso IX de Leão. - Origens familiares: Fernando Rodríguez de Castro era filho de Esteban Fernández de Castro e Aldonza Rodríguez de León. No lado paterno, era neto de Fernando Gutiérrez de Castro, alferes do rei Alfonso IX de Leão e de Emilia Inigoz de Mendoza, e do lado materno era neto de Rodrigo Alfonso de León, filho de Alfonso IX de León e Inés Rodríguez de Cabrera. - Vida: Fernando Rodríguez de Castro nasceu em 1280. Seu pai era senhor de Lemos y Sarria, Adelantado e meirinho-mor da Galícia e perdigueiro-mor de

Santiago. Alguns autores apontaram erroneamente que em 1285 Fernando Rodríguez de Castro casou-se com Violante Sánchez de Castela, filha ilegítima do rei Sancho IV de Castela e Maria de Meneses, mas o historiador Luis de Salazar y Castro mostrou que o casamento foi celebrado em 1293, de acordo com um documento concedido em Layosa em 17 de abril do mesmo ano por Fernando Rodríguez de Castro, no qual ele revalidava a carta de arras que seu pai, Esteban Fernández de Castro, ele tinha concedido em 1291 em nome de seu filho como aquele menor. Nesta carta de arras, Esteban Fernández de Castro cedeu à sua nora Violante a vila e o castelo de Villamartín de Valdeorras, localizado na província de Orense, Para as reservas de Arcos de la Condesa, Saucedo, Valladares, Gullaes, Noguera, Caldelas e Pías, que estavam localizadas nas terras de Santiago de Compostela e Toroño, e aos quais foram adicionados os estados de Utero e Traspinedo, no Vale de Esgueva, que Violante Sánchez herdou de sua mãe, e outras posses que herdou dele em Burgos, Sahagún, Cea e Villafamor. E sobre a morte de seu pai, que ocorreu após junho de 1291, Fernando Rodríguez de Castro herdou seus bens e tornou-se o nobre galego mais poderoso durante os reinados de Sancho IV e Fernando IV. Durante o reinado de seu sogro, Sancho IV, ele apoiou este último e lutou contra os infantes da Cerda, embora em 1296, durante a minoria etária de Fernando IV de Castela, ele levantou numerosas exigências contra a Rainha Maria de Molina e, devido à sua recusa em concedê-los a eles, ele deixou a Corte e rompeu seus laços vassáticos com o monarca. Ele então se retirou para a Galícia, acompanhado por Juan Alfonso de Albuquerque, e começou a apoiar as reivindicações da Infante Juan de Castela el de Tarifa, aspirante ao trono castelhano. Em 1298 ele levantou novas reivindicações à Rainha Maria de Molina, e posteriormente levantou-se em armas contra Fernando IV de Castela. Na Crônica de Fernando IV é mais comum que em 1304, Felipe de Castela, irmão de Fernando IV, tenha se aproximado da aldeia de Monforte de Lemos sob as ordens de seu irmão, o rei, mesmo ainda sendo uma criança, já que ele tinha apenas cerca de doze anos de idade. E quando Fernando Rodríguez de Castro foi informado de que Felipe havia cercado sua aldeia de Monforte de Lemos, ele veio com suas mesnadas para ajudá-la, embora os

companheiros e conselheiros de Felipe tentaram persuadir Fernando Rodríguez de Castro a adiar sua atitude e concordar em chegar a um acordo de paz com seu cunhado, já que este era o meio-irmão de sua esposa Violante Sánchez de Castela. No entanto, eles não chegaram a um acordo e uma batalha foi travada na qual Fernando Rodríguez de Castro perdeu a vida. No entanto, outros historiadores como Antonio López Ferreiro argumentou que, de fato, a cerca de Lemos e a morte de Fernando Rodríguez de Castro devem ter ocorrido em 1305, com base no testamento que ele concedeu em 17 de dezembro de 1305 e que foi registrado no Tumbo B da Catedral de Santiago de Compostela. Após a morte de Fernando Rodríguez de Castro seus bens foram confiscados por Fernando IV e entregues principalmente ao meio-irmão de Violante, Infante Felipe, que se tornou, entre outras coisas, Senhor de Lemos e Sarria, grande perdigueiro de Santiago, Galícia e comendador da igreja de Lugo.

Casado com *Violante Sánchez de Castela*, senhora de Ucerro de quem teve: Juana Fernández de Castro e **Pedro Fernandes de Castro**, O da Guerra

3380 0901. VIOLANTE SÁNCHEZ DE CASTELA

Senhora de Ucerro. Nasceu cerca de 1275 em Castela, Espanha e morreu em janeiro de 1330 em Toledo, Espanha. Foi uma dama castelhana, filha ilegítima do rei Sancho IV de Castela e Maria de Meneses. Ela era a senhora de Ucerro, Oimbra e Villamartín de Valdeorras, entre outras vilas, e após a viuvez, ela professava como religiosa na Ordem de Santiago, para a qual deu todos os seus pertences em 1327, e foi patrona e comandante do mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca. - Origens familiares: Ela era filha ilegítima de Sancho de Castela e Maria de Meneses, Senhora de Ucerro, e era neta do lado paterno do rei Alfonso X de Castela e de sua esposa, a Rainha Violadora de Aragão, filha de Tiago I de Aragão, enquanto maternalmente ela era neta do Rico-homem Alfonso de Meneses el Tizón e do prefeito González Girón. Além disso, Violante Sánchez era uma irmã ou meia-irmã, embora a maioria dos historiadores modernos reivindique este último, por Teresa Sánchez de Castela, que se casou com Juan Alfonso Téllez de Meneses, o primeiro Conde de Barcelos. E também foi meia-irmã, entre outras, do rei Fernando IV de Castela e dos infantes Pedro e Beatriz, que se tornou rainha

consorte de Portugal por seu casamento com Afonso IV de Portugal. – Vida - Juventude e casamento com Fernando Rodríguez de Castro (1281-1305): Sua data exata de nascimento é desconhecida, embora ela tenha nascido antes de 1281. Durante sua infância, ela cresceu na corte de Castela, e Maria de Molina, que se casou com seu pai em 1282, foi sua madrinha do batismo. Sua mãe, María de Meneses, que pertencia à nobreza castelhana e tinha sido casada com Juan García de Ucero, senhor de Ucero, ela entrou em um convento quando Sancho se casou com María de Molina, neta de Alfonso IX de León e primo em segundo grau dela. Alguns autores, como Antonio Benavides Fernández de Navarrete, erroneamente a chamavam de Maria em vez de Violante, e outros apontaram erroneamente que em 1285 ela se casou com Fernando Rodríguez de Castro, embora o historiador Luis de Salazar y Castro tenha demonstrado, com base em documentos diferentes, que a ligação matrimonial foi realizada em 1293, conforme inferido a partir de um documento concedido em Layosa em 17 de abril do mesmo ano por Fernando Rodríguez de Casto, no qual ele revalidava a carta de arras que seu pai, Esteban Fernández de Castro, revalida, ele tinha concedido em 1291 em nome de seu filho como aquele menor. Nesta carta de arras, Esteban Fernández de Castro cedeu à sua nora Violante a vila e o castelo de Villamartín de Valdeorras, localizado na província de Orense, e as reservas de Arcos de la Condesa, Saucedo, Valladares, Gullaes, Noguera, Caldelas e Pías, que estavam localizadas nas terras de Santiago de Compostela e Toroño, e aos quais foram adicionados os estados de Ucero e Traspinedo, no Vale de Esgueva, que Violante Sánchez herdou de sua m e, e outras posses que herdou dele em Burgos, Sahagún, Cea e Villafamor. Seu marido, Fernando Rodríguez de Castro, herdou a senhoria de Lemos e muitas outras posses e manteve, como seu pai, a posição de grande perdigueiro de Santiago, o que o tornou o nobre galego mais poderoso durante os reinados de Sancho IV e Fernando IV. Em 1295, seu pai, Sancho IV de Castela, morreu e seu meio-irmão Fernando IV ascendeu ao trono, e na Crônica deste rei é comum que Fernando Rodríguez de Castro morreu em 1304 durante a cerca de Monforte de Lemos, enquanto lutava contra o Felipe de Castela, filho de Sancho IV e meio-irmão de Violante Sánchez, embora outros autores, como

Antonio López Ferreiro, argumentaram que, de fato, a cerca de Lemos e a morte de Fernando Rodríguez de Castro devem ter ocorrido em 1305, com base no testamento que ele concedeu em 17 de dezembro de 1305 e que foi registrado no Tumbo B da Catedral de Santiago de Compostela.- Viuvez e relacionamentos com seu filho (1305-1320): Após a morte de Fernando Rodríguez de Castro, seus bens foram confiscados e entregues em sua maior parte ao meio-irmão de Violante, Infante Felipe, que se tornou, entre outras coisas, senhor de Lemos y Sarria, grande perdigueiro de Santiago, adelantado-mor da Galícia e comendador da igreja de Lugo. E Violante Sánchez colocou seu filho mais velho, Pedro Fernández de Castro, de cerca de quinze anos, sob a tutela do nobre galego Lorenzo Suárez de Valladares, que gostava, como vários historiadores apontam, de influências notáveis na Corte Portuguesa. E levou Pedro Fernández de Castro para o reino de Portugal, a fim de impedi-lo de ser perseguido pelo rei Fernando IV de Castela, e confiou-o a Martín Gil de Riba de Vizela, Conde de Barcelos, alferes do rei Dinis I de Portugal, e mordomo de seu filho e herdeiro, Infante Alfonso, que educou e criou Pedro Fernández e em 1312 lhe deu o castelo de Zagala. E o historiador Eduardo Pardo de Guevara apontou: com base em uma afirmação do capítulo CLV da Crônica de Afonso XI, que Pedro Fernández de Castro cresceu na Corte Portuguesa com Infante Pedro, filho e herdeiro do rei Afonso IV de Portugal, o que deixaria uma marca profunda em sua vida. Em 9 de junho de 1305, no município de Orensano de Oimbra, o Conde de Barcelos, Martín Gil de Riba de Vizela, tributo a Violante Sánchez pelo castelo de Oimbra e pela casa de Guizón nas mãos de Pedro Fernández de Castro, filho de Violante, que havia sido encarregado por Violante para criá-lo ao Conde de Barcelos. E este último também reconheceu no documento que a homenagem que tinha esses bens em nome dela foi concedida, que havia sido dada a ela por seu pai, Sancho IV, e juntamente com outras disposições menores afirmavam que a homenagem por esses bens havia sido feita na presença de muitos cavaleiros. Em 18 de fevereiro de 1316, em Orense, Violante Sánchez e seu filho Pedro chegaram a um acordo e todos os seus bens foram distribuídos, e concordou que ele iria vitalmente descartar todos os bens que sua mãe possuía no reino

da Galícia, incluindo todos os seus pastores, casas, castelos, igrejas ou encomendas, e que ela desfrutaria enquanto vivia de todos os bens que seu filho tinha no reino de Leão e manteria a propriedade sobre o castelo e a vila de Villamartín de Valdeorras. Além disso, Violante Sánchez e seu filho nomearam um ao outro, seus herdeiros no caso de um deles morrer, e concordaram que eles não seriam capazes de vender, alienar ou prometer qualquer um desses bens, e o historiador francês Charles García observou em 2006 que essas cláusulas provavelmente foram sugeridas por Pedro Fernández de Castro, uma vez que desta forma ele poderia se desfazer no futuro dos bens de sua mãe. E em 15 de dezembro de 1320, estando no município palestino de Dueñas, Violante Sánchez doou para seu filho Pedro, conforme registrado no folio 287 de Tumbo C da Catedral de Santiago de Compostela, todas as propriedades, incluindo castelos, casas fortes, igrejas, patrocínios ou senhorias que possam pertencer a ela nos reinos de Leão e Galícia mediante doação de seu pai, Sancho IV, para as arras e doações de seu falecido marido, Fernando Rodríguez de Castro, ou assim pode corresponder à herança de sua mãe, María de Meneses, e de seu irmão, Juan García, embora não haja registro de Violante Sánchez ter um irmão com seu nome. E desta forma, Pedro Fernández de Castro começou a recuperar alguns dos bens que pertenciam ao seu pai, embora fosse o rei Afonso XI que devolveria a maioria deles junto com outras posições, ao longo de seu reinado. - Violante Sánchez e o mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca (1325-1327): Em 1325, Violante Sánchez de Castela começou a exercer patrocínio, apesar do descontentamento do mestre da Ordem de Santiago e das próprias freiras do mosteiro, que reivindicaram seu direito de escolher sua própria comandante, sobre o mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca, que foi uma das duas fundações hospitalares mais destacadas que a Ordem de Santiago possuía no reino de Leão, seguido pela aldeia e pelo castelo de Castrotorafe, um município despovoado localizado na atual província de Zamora. E o historiador Charles García ressaltou que o fato de Violante Sánchez preferir professar como religiosa na Ordem de Santiago e não em uma ordem mendicante pode ter sido devido ao seu interesse em ganhar poder político, econômico e social graças à realização de uma das

confinações dessa Ordem, e também possivelmente por causa da flexibilidade da instituição, uma vez que os religiosos não eram obrigados a viver enclausurados. María Echániz Sans apontou em 1991 que o patrocínio sobre o mosteiro salmantino de Sancti Spiritus foi exercido entre 1268 e 1379 por quatro mulheres, sendo a primeira María Méndez de Sousa, fundadora do mosteiro e esposa de Martín Alfonso de León, filho ilegítimo do rei Alfonso IX de León. E as outras três foram a Rainha Maria de Molina, Violante Sánchez de Castela e a Rainha Juana Manuel de Villena, esposa de Henrique II de Castela e filha do famoso magnata Don Juan Manuel. E embora os reis de Castela não tenham doado ao mosteiro qualquer posse, eles confirmaram seus privilégios em várias ocasiões e o protegeram durante seus conflitos com a Ordem de Santiago ou com o conselho da cidade de Salamanca. Charles García também apontou que foi o próprio Violante que pediu ao Papa João XXII para confiar-lhe a administração do mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca e a de outras santiaguistas encomendas, e por dois documentos emitidos em 13 de novembro de 1325 em Avignon, o papa instruiu o arcebispo de Toledo, Juan de Aragão, a dar o hábito da Ordem de Santiago a Violante Sánchez de Castela, o governo do mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca, e o de outras confinções da Ordem de Santiago, o que confirmaria, na visão desse historiador, uma situação de fato. E durante o breve período em que exerceu patrocínio sobre o mosteiro de Sancti Spiritus, Violante Sánchez continuou a pedir ao papa que lhe confiasse a administração de outras propriedades da Ordem de Santiago para permitir que ele aumentasse seus aluguéis, uma vez que os de Sancti Spiritus somavam apenas 300 florins por ano, e que certamente, como Charles García apontou, eles seriam insuficientes para ela, então ela pediu ao pontífice para lhe conceder o endereço da confiança de Puerto e da administração das propriedades que a Ordem de Santiago possuía em Toro e nas dioceses de Astorga e Zamora, o que poderia lhe dar uma renda anual de 750 florins. E em um documento emitido também em 13 de novembro de 1325 em Avignon, o Papa João XXII instruiu o Arcebispo de Toledo a seguir a causa ou processo de Violante Sánchez e o Bispo de Osma, Juan Pérez de Ascarón, pela posse da senhoria de Uceró, que legalmente pertencia a ela pela herança de

sua mãe e tinha sido ilegalmente ocupada e mantida por aquele bispo, segundo ela, desde que o comprou em 23 de maio de 1302 por 300.000 maravedís, e junto com outras propriedades, dos executores de Juan García de Villamayor, conforme registrado na escritura de venda publicada no Volume II das Memórias de Fernando IV de Castela. Mas, apesar do acima, Violante continuou a se considerar a dona da mansão e em 1327 a doou, juntamente com o resto de suas posses, à Ordem de Santiago, embora a senhoria de Utero pertencesse definitivamente aos Bispos de Osma desde 1302. E alguns dias depois, em 29 de novembro de 1325, o Papa João XXII confiou ao Arquidiácono de Valderas, do bispado de Leão, a causa do recurso que Violante Sánchez, ao qual se referem no documento como patrono do mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca, ela havia apresentado contra Fernando Rodríguez, antes do convento de San Marcos de León, que a havia levado a julgamento por causa do décimo nó dos aluguéis que o mosteiro salmantino de Sancti Spiritus deveria dar, como ténico, a esse convento leonês. Nessa época, como observou o heráldico Faustino Menéndez Pidal de Navascués, Violante Sánchez usou um selo pessoal em cujo centro apareceu as armas de seu marido, as seis roeiras da casa de Castro, cercado por oito castelos e leões colocados nos lóbulos externos, talvez por causa de sua condição de ser a filha ilegítima do rei Sancho IV. E neste selo, que foi desenhado no século XVII pelo genealogista e historiador Luis de Salazar y Castro em sua Evidência da História da Casa de Lara, também apareceu a legenda [*S. Doa Violante Fija Del Rey Don Sancho*]. Em 30 de maio de 1326, no município de Campo de Criptana, Violante Sánchez renunciou ao hábito da Ordem de Santiago e da administração do mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca e dos outros conselhos santistas que lhe foram concedidos pelo Papa João XXII, incluindo tudo o que a ordem possuía em Toro e nos bispados de Astorga e Zamora. Ao fazê-lo, ele alegou desconhecer que tudo isso prejudicou, apesar das disposições do pontífice, contra a constituição e a constituição e a ordem da Ordem de Santiago, ou seja, contra suas regras e constituições. E então Violante Sánchez aceitou o hábito desta ordem do Mestre García Fernández, a quem ele prometeu obedecer no futuro como seu mestre e senhor. E um ano depois, em 27 de dezembro de 1327,

Violante Sánchez entregue à Ordem de Santiago e seu mestre Vasco Rodríguez de Coronado todos os bens e direitos que possuía, incluindo as senhorias e castelos de Uceró e Villamartín de Valdeorras, numerosas reservas na Galícia, suas terras em Burgos, que herdou de sua mãe em Soria e Valladolid, e todas as suas posses remanescentes nos reinos de Castela, Leão e Portugal, desde que todas essas mercadorias pudessem ser entregues, vendidas, penhoradas, trocadas ou alienadas por essa Ordem, porque para ser admitido, ela precisava desistir de todos os seus bens pessoais. E em 27 de dezembro de 1327 Violante Sánchez também concedeu ao Mestre de Santiago e seus sucessores à frente da Ordem uma carta de personalidade ou poder geral para que pudessem representá-la em qualquer ato legal, em julgamentos eclesiásticos ou seculares, e também para que eles pudessem processá-lo ou em seu nome e defendê-lo, juntamente com outras disposições menores sobre essa autorização geral, em que ele teve seu selo carimbado. - Testamento e morte (1330): Em 24 de janeiro de 1330, Violante Sánchez concedeu um testamento, e nele ele arranhou tudo relativo para que seus executores pagassem suas dívidas e cobrassem outras, legasse várias quantias e outros bens e bens a inúmeras pessoas, e pediu ao mestre de Santiago que permitisse que seu cadáver recebesse o enterro no mosteiro de São Francisco de Toro, ao qual ele legou vários bens e objetos e a cujos frades ele destinou uma soma de duzentos Maravedís para uma nzapita. O historiador Charles García também destacou o fato de que ela não encomendou missas para serem ditas por sua alma, o que contrastava, por exemplo, com as disposições de sua madrasta, a rainha Maria de Molina, que tinha ordenado em seu testamento 10.000 missas cantadas por sua, e ressaltou que a vontade de Violante Sánchez permite conhecer seus pensamentos íntimos, suas relações sociais e o funcionamento do mundo da nobreza castelhana na época de Sancho IV e seu neto Alfonso XI, que reinou naquela época em Castela. No início do testamento, Violante Sánchez afirmou que estava [*no meu cérebro saudável e na minha memória saudável*], que era um requisito indispensável para ser capaz de testar, e confiou sua alma a Jesus Cristo, à Virgem Maria, a Santa Maria Madalena e ao Apóstolo Tiago, enquanto preparava o seguinte sobre seu enterro: [*Ordenei que meus tersieros que compram um*

caixão em que (me comandem) me colocassem (e fossem enterrados e cobertos com pão) de bruneta com suas intas e com suas pregaduras e com as armas de Santiago colocadas na barriga do caixão. Comando que eles lançaram na fuesa du l enterrarei uma pedra que yaga igual com a terra e enssomo de la piedra que colocavam as armas de Santiago figu (radas em uma petafee em que diz: Aqui) yas donna Violante fixada do nobre rei Don Sancho e de donna Maria Alfonso (senhora que) era de Osero.] Em seu testamento, Violante Sánchez novamente entregou todos os seus bens à Ordem de Santiago, pediu ao seu mestre para impor seus últimos testamentos, ele exagerou em todos os testamentos ou códigos que tinha dado até então, e mencionou a herança que recebeu de seus pais, embora não os bens que recebeu de seu marido, Fernando Rodríguez de Castro, que levou o historiador Charles García a apontar que o filho mais velho de Violante, Pedro Fernández de Castro, não tentou impedir que os bens de sua família entrassem nas mãos da Ordem de Santiago. E em 29 de janeiro de 1330, cinco dias após a concessão de um testamento, ele acrescentou uma cláusula na qual também nomeou como executora sua sobrinha Maria de Portugal, esposa de Afonso XI de Castela, que implorou que ele respeitasse e aplicasse seus últimos testamentos. Além disso, Charles García também observou que o fato de que o padre da igreja de San Julián de los Caballeros de Toro foi mencionado no testamento poderia indicar que Violante Sánchez residia na cidade de Toro no final de sua vida. Sua data exata da morte é desconhecida, embora ele deva ter morrido após janeiro de 1330. – Enterro: O corpo de Violante Sánchez de Castela, em contravenção às disposições de sua vontade, foi enterrado no mosteiro de Sancti Spiritus de Salamanca, como afirma o historiador Ricardo del Arco, Gil González Dávila e Bernardo Dorado, embora este último especificasse que ela foi enterrada na igreja do mosteiro, onde Martín Alfonso de León, filho ilegítimo do rei Alfonso IX de Leão, e sua esposa, María Méndez de Sousa, também foram enterrados.

Casada 2ª vez com Diego Lopez de Haro, sem filhos.

3380 0902. LOURENÇO SOARES DE VALADARES

Senhor de Tangil. Nasceu cerca de 1230 na Espanha e morreu cerca de 1298. Em 1211, era governador militar do Distrito da Beira

Oriental e rico-homem no reinado de D. Sancho I e de D. Afonso II que doou o primeiro foral a Frechas. Foi Alferes-mor e mordomo-mor do rei Afonso IX de Leão, Conselheiro do rei Afonso III de Portugal e do rei Dinis de Portugal. Foi Tenente de Riba Vouga em 1273 e de Riba Minho entre 1279 e 1287.

Casado com Maria Mendes de Sousa de quem teve: Inês Lourenço de Valadares. 2ª vez com *Sancha Nunes de Chacim* de quem teve: Guiomar Lourenço de Valadares; Branca Lourenço de Valadares, 1ª donatária de Mirandela; **Aldonça Lourenço de Valadares**; Berengária Lourenço de Valadares; Joana Lourenço de Valadares, comendadeira do mosteiro de Santos; Constança Lourenço de Valadares, freira em Arouca e Beatriz Lourenço de Valadares, freira em Arouca. Companheiro de Sancha Pires de Mozelos de quem teve: Afonso Lourenço de Valadares; Fruilhe Lourenço de Valadares e Maria Lourenço de Valadares.

3380 0903. SANCHA NUNES DE CHACIM

Nasceu cerca de 1240 na Espanha.

3380 0904. GONÇALO ANNES RAPOSO

(Gonzalo Yáñez Téllez de Meneses). (O Raposo). Nasceu cerca de 1250 em Portugal e morreu cerca de 1286 na Espanha. Foi chamado o Raposo, foi Rico Homem do Rei D. Sancho, o Bravo, de Castela; vivia em 1283, onde foi confirmador dos documentos régios entre 1283 e 1286, encontrando-se assim documentado neste período. (NFP, 1941, Meneses \$ 1 N 5). [*Gonçalo Yáñez de Menefes hermano de Rodrigo Yáñez de Menefes fue llamado por fobrenombre Raposo, por ardides que vfo en la guerra. Cafô con doña Vrraca hija de Fernan Yáñez de Luna, en quien tuvo a don Alonfo Tellez de Menefes, a doña Maria muger de don Gonçalo Yáñez de Oviñal y de Aguilar Senhor de la villa y Caftillo de Aguilar, y a doña Sancha de Menefes muger de Iuan Fernandez Coronel, y a doña Beatriz de Menefes, q cafô con Iuan Perez de Noboa, y a Ruy Gonçalez de Menefes Raposo, que cafô con doña Maria Daça, y tuvo hijas a doña Maria de Menefes, que cafô con don Gonçalo Ruyz Giron, y a doña Berenguela de Menefes, que cafô cõ Nuño Martinez Barreto.*] (Nobleza del Andalvzia Por Gonçalo Argote de Molina, Sevilla 1588. De el Linaje de Don Tello Alfonso de Menefes, y de fus Armas, y la memoria que del â quedado. Cap. LXXXVII. Págs. 90 y 91)

Casado com Teresa Yáñez de Amaya, sem filhos. 2ª vez com *Urraca Fernandes de Lima* de quem teve: Rui Gonçalves Raposo; João Gonçalves Raposo; Beatriz Gonçalves Raposo; **Alfonso Martins Teles Raposo**; Sancha Gonçalves de Menezes y Lima; Maria Gonçalves Raposo; Martim Telles de Menezes; D. João Alonso de Meneses e D. Elvira Peres.

3380 0905. URRACA FERNANDES LIMA

Nasceu cerca de 1250 em Cuenca, Castela-La Mancha, Espanha e morreu em 1305.

3380 0906. Lourenço Soares de Valadares # 3380 0902

3380 0907. Sancha Nunes de Chacim # 3380 0903

Filha: **Berengária Lourenço de Valadares.**

3380 0908. Mem Rodrigues de Vasconcelos # 4870450

3380 0909. Maria Martins Zote # 4870451

Pais de **João Mendes de Vasconcelos**

3380 0910. VASCO AFONSO ALCOFORADO

Cavaleiro medieval. (Do Mogadouro). Nasceu cerca de 1305 em Portugal. Foi um Cavaleiro medieval do Reino de Portugal e próximo da Casa Real. Travou um desentendimento grave com o Mosteiro de Cete, que exigiu a intervenção real e que perdeu por decisão real datada do dia 6 de maio de 1312. O conflito teve causa no fato de D. Vasco ter levado as geiras (furtos do cultivo) e demais serviços que por lei eram pertença que o mosteiro tinha em Alvarães. Procedeu a vários trabalhos na Casa Real das Astúrias, designadamente como testemunha na doação feita por D. Pêro Fernandes Ponço das Astúrias I ao conde Dom Martim Gil, em Algeciras, no dia 5 de setembro de 1309. Recebe igualmente de Dom Pêro, no dia 3 de janeiro de 1313, em paga dos serviços que lhe prestou todos os bens e direitos que este tinha em Olaia, no termo de Torres Vedras. Devido a estes fatos alguns historiadores indicam-no como vassalo de D. Pêro Fernandes Ponço das Astúrias I. Foi igualmente testemunha numa doação feita à Sé do Porto por Rodrigo Afonso Ribeiro, ocorrida no mês de dezembro de 1305. Foi também o confirmador da doação feita pela sua irmã ao Mosteiro de Bustelo.

Em maio de 1308, aparece conjuntamente como seu irmão Lopo Afonso Alcoforado, a comprar um herdamento que tinha sido pertença de seus pais, localizado na freguesia de Mós, julgado de Tarouca. Para esse fim pediram emprestadas 80 libras. Casou antes do mês de novembro de 1324 com Beatriz Martins Barreto, pois nessa data aparecem os dois a vender a Mem Rodrigues de Vasconcelos, pela quantia de 120 libras, uma herdade tinha em Alabão, a meias com João Mendes e Constança Mendes, filhos do comprador. Durante o conflito que opôs o rei Afonso III de Portugal ao Afonso de Portugal, Senhor de Portalegre tomou o partido do monarca com quem convivia regularmente e na companhia de quem assistiu à pesca de peixe, um solho que, pelas suas grandes dimensões, teve honras de lembrança régia. Depois de 1324 não aparece como vivo em mais documentos, mas sim, já como falecido quando o seu filho entregou ao almoxarife de Moncorvo 12,5 libras, que eram uma parte da dívida das 120 libras que deixara por pagar ao morrer, sobre a renda de Paradela, aldeia da localidade de Mogadouro, o que explicará o tratamento do Mogadouro.

Casado com *Brites Martins Barreto* de quem teve: **Aldara Afonso Alcoforado** e Afonso Vasques Alcoforado.

3380 0911. BRITES MARTINS BARRETO

Nasceu em 1270 em Portugal.

3380 0912. ÁLVARO AFONSO DE SANTIAGO

Nasceu cerca de 1365.

Companheiro de *Maria Vasques* de quem teve: **Lopo Afonso de Teive** e Gonçalo de Teive.

3380 0913. MARIA VASQUES *

Nasceu entre 1334 e 1384.

3380 8512. Pedro Pais Correia

8452516

3380 8513. Dórdia Pais de Aguiar

8452517

Pais de **Paio Correia**

3380 8514. Mem Soares de Melo

2113124

3380 8515. Teresa Afonso Gato

2113125

Pais de **Maria Mendes de Melo**